

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA



Tayná Ribeiro Genari

**Processos de identificação de gênero e Transexualidades na Era das
mídias digitais**

SÃO CARLOS

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Tayná Ribeiro Genari

**Processos de identificação de gênero e Transexualidades na Era das
mídias digitais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Richard Miskolci

SÃO CARLOS

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a defesa de dissertação de mestrado do(a) candidato(a) Tayná Ribeiro Genari, realizada em 09/03/2017:

Prof(a). Dr(a). Richard Miskolci Escudeiro
UFSCar

Prof(a). Dr(a). Jorge Leite Júnior
UFSCar

Prof(a). Dr(a). Pedro Paulo Gomes Pereira
UNIFESP

Certifico que a sessão de defesa foi realizada com a participação a distância do membro Prof(a) Dr(a) Pedro Paulo Gomes Pereira e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(a) participante a distância está de acordo com o conteúdo do parecer da comissão examinadora redigido no relatório de defesa do(a) aluno(a) Tayná Ribeiro Genari.

Prof(a). Dr(a). Richard Miskolci Escudeiro
Presidente da Comissão Examinadora
UFSCar

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas me ajudaram de muitas formas para que eu chegasse até onde me encontro hoje. Mal consigo agradecer-los/las pelas transformações que passei em todo o processo de construção e execução dessa pesquisa. Estou ciente de ser, como socióloga e como indivíduo, uma obra em curso, que até agora, é a soma de tudo que aprendi e vivenciei juntamente com todas essas pessoas que me ajudaram e apoiaram. Serei breve.

Primeiramente gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Richard Miskolci Escudeiro, que desde o início me acolheu e me incentivou. Sua sensibilidade, cuidado e reflexões foram partes essenciais na construção deste trabalho. Agradeço por toda disposição e colaboração. Tens de mim todo o respeito do mundo.

Eu nada seria sem o apoio de minha família, sobretudo de minha mãe, Rosemeire Ribeiro, sem a qual não teria iniciado os primeiros passos desta longa estrada. Agradeço por todo amor, confiança, ensinamentos e dedicação para que eu seguisse com mais esse sonho. E a minha irmã, Mayara Ribeiro, por todas as ligações e conversas.

À minha avó, Ruth Suano (in memoriam), a quem venho dedicando todas as conquistas da minha vida. Minha saudade só não é maior do que o amor e os ensinamentos que você deixou.

À Julia, minha companheira de vida, por todo amor, carinho e paciência em todas as fases desta caminhada. Não chegaria até aqui sem seus incentivos. Agradeço por potencializar o que há de melhor em mim.

Às minhas amigas queridas, por nunca me abandonarem: Camila Ghellere e Elisa Brisighelo. Agradeço pelo nosso encontro nesta vida, vocês me fazem caminhar mais leve.

Aos amigos que também ficaram, mesmo que menos próximos fisicamente: Lucas Sousa e Rafaela Giglio. Obrigada por todas as aventuras.

A todo o grupo “PPGS 2015”, com quem compartilhei disciplinas, angustias, alegrias e trabalhos. Espero reencontrá-los em breve. E, principalmente, ao João Paulo Pereira, que muito se fez presente. Agradeço por todo companheirismo nesses dois anos e por todas as vezes que me socorreu no desespero. Levo-te comigo!

Às importantes e valiosas contribuições dos Profs. Drs. Jorge Leite Jr. e Fabiana Luci, na banca de qualificação. Também ao Professor Pedro Paulo Pereira e, novamente, Jorge Leite Jr. pela disponibilidade de composição da banca de defesa.

Por fim, gostaria de agradecer à Universidade Federal de São Carlos e, especialmente, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pelo acolhimento institucional para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

Processos de identificação de gênero e Transexualidades na Era das mídias digitais

RESUMO

A proposta dessa pesquisa é recolher e analisar a variabilidade de representações sociais acerca de transexualidades que circulam na internet segundo as próprias pessoas trans. A pesquisa se estabeleceu a partir da dinâmica de uso que as pessoas trans fazem de determinadas mídias digitais, especificamente redes sociais e blogs, como fonte de informação, compartilhamento, debate e socialização. Para tanto, utilizei a observação online de blogs, páginas/comunidades do *Facebook* e canais do *Youtube*, que se constituem como espaços de circulação de discursos sobre as transexualidades. Em diálogo com a Teoria Queer, estudos sobre gênero, identificações e outras pesquisas sobre as mídias digitais exploro a relação entre representações, corporalidades e subjetividades, já que as transexualidades envolvem uma dinâmica cultural que se associa a modos de compreender e/ou modificar corpos e subjetividades.

Palavras-chave: Mídias digitais. Identificações. Transexualidades. Representações sociais. Teoria Queer.

Processes of gender identification and Transsexuality in the Age of Digital Media

SUMMARY

The proposal of this research is to collect and analyze the variability of social representations about transsexuality that circulate on the internet according to the trans people themselves. The research was based on the dynamics of use that trans people make of certain digital media, specifically social networks and blogs, as a source of information, sharing, debate and socialization. Therefore, I used the online observation of blogs, pages/communities of Facebook and Youtube channels, which are constituted as spaces of circulation of speeches about transsexuality. In dialogue with Queer Theory, Gender studies, and other digital media researches I explore the relationship between representations, corporalities, subjectivities as the transsexuality involve a cultural dynamic which is associated with modes of understand/modify bodies and subjectivities.

Key-Words: Digital Media. Identifications. Transsexuality. Social Representations. Queer Theory.

Lista de Imagens

Figura 1 - Laverne Cox	34
Figura 2 - Candy Mel	36
Figura 3 - Jamie Clayton.....	38
Figura 4 - Aydian Dowling.....	60
Figura 5 - Oliwer Mastalerz.....	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A construção da pesquisa	10
2. Metodologia	19
3. Plano dos Capítulos	25
Capítulo 1 – Visibilidade, representatividade e mídia	26
Capítulo 2 – Reconhecimento e Protagonismo da experiência trans na internet	42
Capítulo 3 – Tratamento hormonal, transição e performatividade	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

INTRODUÇÃO

1. A construção da pesquisa

Por que é importante a visibilidade trans? Para muitas pessoas eu sou o primeiro contato que eles têm com uma pessoa transexual, ou seja, elas chegam aqui no canal cheio de preconceitos, cheios de conceitos errados. Recebo, todo dia, e-mails de pessoas agradecendo por eu ter mudado a cabeça delas, e que assistindo o canal, eles conseguiram enxergar que eu sou igual a qualquer outra pessoa.

(Nanny, 29 anos, mulher transexual – Responsável pelo canal B, Youtube)

Quando falamos sobre nos “dar visibilidade”, o maior intuito é fazer com que o resto da população consiga perceber que não estamos, de fato, inseridas na sociedade.

(Luiza, 20 anos, travesti – Responsável pela página A, Facebook)

Ao longo desta pesquisa, durante minha incursão no campo, de Setembro de 2015 a Fevereiro de 2016, foram muitos os depoimentos como os transcritos acima, revelando a forma que os/as meus/minhas sujeitos/sujeitas de pesquisa enxergam o papel das mídias digitais¹, especialmente a internet, diante de suas condições enquanto pessoas transexuais: o de “dar visibilidade”. O primeiro deles trata de um trecho transcrito de um vídeo publicado por Nanny² em seu canal no *Youtube*, e o segundo é um trecho de um post escrito por Luiza em sua página pessoal no *Facebook*. Tanto o canal de Nanny, quanto a página de Luiza são espaços destinados a falar, dentre outros assuntos, sobre suas experiências como mulheres trans.

¹ Mídias digitais “são uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede, portanto referem-se – ao mesmo tempo – à conexão e ao seu suporte material.” (Miskolci, 2013a)

² Os nomes foram trocados para manter o anonimato dos sujeitos de pesquisa.

Ambas as plataformas – especialmente o Facebook, dado que é a rede social de maior tamanho – oferecem as melhores possibilidades para o que Castells (2009) denomina de “autocomunicação de massas” (DJIK, 2016, p. 86). Para o autor,

Comunicação de massas porque pode potencialmente atingir uma audiência global, como quando se posta um vídeo no Youtube, um blog com links RSS para um grande número de fontes da web, ou uma mensagem para uma enorme lista de e-mails. Ao mesmo tempo, é autocomunicação porque a produção da mensagem é autogerenciada, a definição do(s) potencial(is) receptor(res) é auto-dirigida, e a seleção de mensagens específicas ou conteúdos da World Wide Web (WWW) e redes de comunicação eletrônicas são auto-selecionadas. As três formas de comunicação (interpessoal, comunicação de massa e autocomunicação em massa) coexistem, interagem e se complementam, em vez de substituir uma pela outra (CASTELLS, 2009, p. 55, tradução da autora).

De acordo com o slogan do Youtube - “Broadcasting Yourself”, isto é, “transmitir-se” – e das variações de seu nome - You: você e Tube: “televisão”, resultando em algo como “você televisa”, “você transmite”, “você na tela” - as pessoas se transmitem dentro desta caracterização de “autocomunicação de massas” de Castells.

Simone Ávila, em sua tese de Doutorado “FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo”, 2014, apresenta sua percepção de uma crescente visibilidade dos homens transexuais no Brasil, especialmente nas mídias digitais. A visibilidade, de acordo com Miskolci, 2015, é uma categoria ligada a uma epistemologia da visão, que historicamente foi associada à evidência (MISKOLCI, 2015, p. 133), mas não é garantia de segurança ou

reconhecimento, já que se dá dentro de regimes de representação, “os quais são sedimentações de relações de poder historicamente estabelecidas com o vocabulário disponível para o nosso olhar” (MISKOLCI, 2015, p. 134). Assim, ter visibilidade dentro de um regime de representação que, historicamente, patologiza, classifica e normatiza as pessoas transexuais a partir dos discursos médicos e das ciências Psi³ pode acarretar em um processo que as classificam como inferiores e perigosas.

Inspirada pelo trabalho de Ávila, 2014, e pelas questões auxiliares feitas por Miskolci, 2011, “O que leva ao uso da rede? A que demandas individuais, mas também coletivas, seu uso vem a atender?”, meu propósito inicial em busca de um tema de pesquisa era o de analisar e compreender como as pessoas trans⁴ faziam uso dessas mídias. Ainda nas explorações prévias do que viria a ser o meu campo de investigação, pude perceber como meus sujeitos de pesquisa articulavam mais de uma plataforma de interação social, dentre os quais estão *Facebook*, *Blog* e *Youtube* e, dentre as diversas páginas que pesquisei de tais plataformas, verifiquei a ocorrência de uma característica comum: elas são utilizadas como espaços de circulação de uma variabilidade de representações sobre as transexualidades. Nesta pesquisa, utilizo o termo “transexualidades” - no plural - conforme o termo criado por Bento (2006). “A partir dos relatos de pessoas que vivem diferentes níveis de conflitos e divergências com as normas de gênero e que muitas vezes divergem do que se estabeleceu oficialmente para definir um/a ‘transexual de verdade’” (BENTO, 2004, p.170), a autora concluiu que não existe apenas uma maneira de se vivenciar a transexualidade e, por isso, existem transexualidades, que devem ser compreendidas enquanto interpretações negociadas em atos sobre o masculino e o feminino (BENTO, 2004, p.170).

³ Por ciência “Psi”, compreende-se a Psicanálise, a Psiquiatria e a Psicologia.

⁴ O termo trans “refere-se a todas as pessoas que elegeram uma identidade ou expressão de gênero diferente da atribuída ao nascer, incluindo pessoas transexuais, transgêneros, travestis, cross dressers, não gêneros, multigêneros, de gênero fluido, gênero queer e outras autodenominações relacionadas” (Suess, 2010, p. 29)

Segundo Stuart Hall (1997^a, p. 15), “Representação é uma parte essencial do processo pelo qual o sentido é produzido e trocado entre membros de uma cultura. Ele envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que respondem por ou representam coisas.” Brevemente, para o autor, representação é a produção de sentidos pela linguagem. Hall argumenta que a representação necessita da existência de linguagens comuns que nos permite traduzir nossos conceitos em palavras, sons ou imagens e depois usá-los para expressar sentidos e comunicar pensamentos a outras pessoas. As linguagens comuns nos permitem compartilhar sentidos, já que se “interpretamos o mundo de maneira similar, [...] somos capazes de construir uma cultura compartilhada de significados e também construir o mundo social que habitamos juntos” (HALL, 1997b, p. 18). É, portanto, a partir da sensação de pertencimento, isto é, do reconhecimento do significado, de alguma origem comum, de sentidos que são partilhados com outros grupos ou pessoas, ou ainda de um mesmo ideal, que é construída a identificação (HALL, 2000, p.106).

Conforme verificado por Miskolci, 2015, as representações sociais e as tecnologias midiáticas estão intrinsecamente associadas na sociedade contemporânea (MISKOLCI, 2015, p. 135). Neste sentido, páginas do *Facebook*, *Blogs*, canais no *YouTube* e outros diferentes suportes digitais tornam-se tecnologias materiais e discursivas, culturais e políticas que possibilitam a constituição de representações sociais. A partir delas, “existem produções de pontes de identificação em vista do reconhecimento recíproco” (CARVALHO, 2015) entre a audiência e a pessoa que publica. Percebi, dessa forma, que a internet se torna um importante meio para que as pessoas possam se autocompreender e se autoidentificar, bem como um espaço para ganhar visibilidade e produzir seus próprios discursos, sinalizando quem são e como gostariam que reconhecessem suas vidas (SABATINE, 2015, p.).

Atenta a esse cenário da ampliação e da importância do uso das mídias digitais pelas pessoas trans e de muitas conversas com meu orientador, construí meu objetivo principal de pesquisa: o de analisar a variabilidade de representações acerca de transexualidades que circulam na internet segundo as próprias pessoas trans, discutindo a construção e compreensão dos processos de identificação de gênero dessas pessoas.

Entendo identificação assim como Laplanche & Pontails (1971, p. 295), que a partir de Freud, compreendem o conceito como um “processo psicológico pelo qual um indivíduo assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desta pessoa.” Hall, retomando a psicanálise freudiana, propõe que:

[...] Em vez de falar em identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar em identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2002, p.38).

Dessa forma, “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2002, p. 12). A identificação é, portanto, um processo nunca concluído (MISKOLCI, 2015, p. 143).

De acordo com Woodward, a identidade está intimamente ligada à subjetividade: “[...] Nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade” (WOODWARD, 2000, p. 55).

Para a autora, a subjetividade explica as razões pelas quais nós nos apegamos a identidades particulares.

Sobre este tema, Miskolci (2006, p. 682) coloca que a história da criação de identidades sociais é também uma história dos modos de produção da subjetividade. Para ele, essa tentativa de adequação aos padrões de identidade socialmente impostos estabelecem inúmeras formas de controle corporal, tendo, também, consequências subjetivas. De acordo com o autor, “o corpo é visto cada vez mais como um instrumento para atingir modelos identitários que nada diferem de imposições sociais difundidas pelos mais diversos meios de convencimento: da educação à mídia” (MISKOLCI, 2006, p. 682). Desse modo, a subjetividade está diretamente associada à materialidade do corpo (MISKOLCI, 2006, p. 682). Essa relação entre corpo e identidade alcança a forma como compreendemos nós mesmos e, sobretudo, como enxergamos o outro (MISKOLCI, 2006, p. 682).

Essas convenções sociais, difundidas por diversos meios, chamadas por Lauretis (1994) de tecnologias de gênero, possuem o “[...] poder de controlar o campo das significações sociais e de produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero” (LAURETIS 1987, p.18). A autora passa, então, a compreender o gênero como produto de várias tecnologias sociais – tais como internet, rádio, televisão, cinema, (PEREIRA, 2009, p.486), bem como do desenvolvimento complexo de várias tecnologias políticas produzidas nos corpos (PINAFI et al, 2011, p. 270).

No texto “Regulações de gênero”, 2006, Judith Butler considera gênero como uma forma de regulação social. Para ela, a regulação é “aquilo que constrói regularidades, mas é também, seguindo Foucault, um modo de disciplina e vigilância das formas modernas de poder.” (BUTLER, 2006, p. 271). Assim, a autora sugere que gênero é uma norma. Aqueles que não se encaixam a esta norma social, isto é, que fogem aos padrões de identificação vigentes, se encontram fora dos limites de inteligibilidade social, sendo

alocados a posição de abjeções (BUTLER, 2003). Os sujeitos marcados como abjetos não podem existir senão como figuras não inteligíveis, impensáveis, cuja materialidade do corpo é ameaçada e considerada “menos importante”, “estranha” (BUTLER, 2003).

Para Leite Jr, talvez um dos grupos sociais que atualmente mais causem repulsa, medo e ódio seja o das pessoas que transitam entre os gêneros e/ou sexo (LEITE JR., 201, p. 559) – isto é, pessoas transexuais. Nesse contexto, essas pessoas trans, desprovidas de referentes positivos na vida cotidiana, buscam nas mídias digitais representações que sirvam de fonte de identificação para a sua experiência.

Conforme observado por Miskolci, no contexto brasileiro, as novas mídias têm sido usadas como um espaço de acolhimento (MISKOLCI, 2013^a. p.20), principalmente para pessoas que vivem em contextos discriminatórios. Percebe-se, a partir dessa forma de socialização via mídias digitais, uma gama de impactos nas subjetividades, relações interpessoais e vida coletiva dos membros (MISKOLCI, 2013^a, p. 13), que recorrem ao grupo social online com o objetivo de compartilhar experiências. A internet, portanto, permite criar redes de sociabilidades seletivas, baseadas em interesses de conteúdo e escolhas de pessoas com quem queremos nos relacionar.

Simone Ávila (2014, p. 82) percebe como resultado de seus estudos que muitas/os das/os sujeitas/os de sua pesquisa se autoidentificaram ou se autodeterminaram trans a partir de informações encontradas na Internet ou notícias na mídia. Assim, a autora apresenta a ampliação do uso das mídias digitais pelos transhomens, em que houve um grande aumento de *sites*, *Blogs* e canais do *Youtube* direcionados a essas pessoas (ÁVILA, 2014, p. 176). Essas novas formas de comunicação permitem aos próprios indivíduos tornarem públicas suas narrativas, seus valores éticos e estéticos (SABATINE, 2015, p. 113). Para Sabatine,

Isto se materializa na profusão de discursos políticos incluídos na criação de *blogs*, páginas na *web*, páginas pessoais e grupos em redes sociais, mantendo-os com comentários, estórias, vídeos, compartilhando conteúdos descobertos online e submetendo-os as transformações, construindo novas interpretações e disputando com “regimes de verdade” hegemônicos que as tornam abjetas e desqualificam suas existências. Discursos que destacam experiências, emoções, sentimentos, preocupações pessoais e relacionais, mas também denunciam e criam novas conexões com um contexto político e ético (SABATINE, 2015, p. 123).

Diante do exposto, procurei analisar a dinâmica de uso que as pessoas trans fazem das mídias digitais como fonte de informação, compartilhamento, debate e socialização, identificando a variabilidade de representações sociais de transexualidades, afim de verificar continuidades e/ou rupturas com as representações essencialistas e patologizantes do discurso médico.

Para a análise de tais questões, me apoiei nos estudos queer, que emergiram nos Estados Unidos na década de 1980, propondo uma mudança de foco dos estudos de minorias (MISKOLCI, 2009, p. 169). De acordo com Miskolci, em 1991, Teresa De Lauretis criou o termo “Teoria Queer” como “um rótulo que buscava encontrar o que há de comum em um conjunto muitas vezes disperso e relativamente diverso de pesquisas” (MISKOLCI, 2012, p. 31). Ainda de acordo com o autor, a Teoria Queer busca romper as lógicas binárias que resultam no estabelecimento de hierarquias e subalternizações (MISKOLCI, 2009, p. 175).

Me apoio também em várias/os autoras/es contemporâneas/os (BENTO, 2006; ARÁN, 2005, 2008; ÁVILA, 2014; BUTLER, 2006; LIONÇO, 2006; MURTA, 2008; TEIXEIRA, 2009; LEITE JR, 2011) que se destacaram por

criticar e problematizar a definição da transexualidade como patológica e anormal, demonstrando a insuficiência das categorias biomédicas em lidar com a pluralidade de experiências transexuais. O trabalho da socióloga Berenice Bento (2006), é um marco para os estudos recentes de gênero no campo das ciências sociais (DIAS, 2014, p. 475). Sua tese – a primeira ancorada na Teoria Queer no Brasil - tem como objetivo principal a desconstrução do “transexual de verdade”, inventado pelo saber médico, e a despatologização da experiência. Bento, apoiada em histórias de vida dos participantes do programa oferecido pelo Hospital das clínicas de Goiânia para a realização da cirurgia de transgenitalização⁵ e de um grupo de transexuais na cidade de Valência/Espanha, “questiona a legitimidade da biomedicina, demonstrando como esses saberes percebem o ‘transexual de verdade’ como cópia patologizada e mal acabada de seres heterossexuais completos e saudáveis” (PEREIRA, 2006, p. 471). Márcia Arán (2005, 2008), psicanalista, e as psicólogas Daniela Murta (2008) e Tatiana Lionço (2006), também possuem como objetivo a análise e o questionamento da psiquiatrização e patologização da experiência transexual. Em suma, essas pesquisas se passam em contexto hospitalar e de saúde pública, questionando a tipificação da transexualidade como “Disforia de gênero” no Manual Diagnósticos e Estatísticos de Transtornos Mentais (DSM) e a permanência do “transexualismo” como uma enfermidade no Código internacional de doenças (CID). As pesquisas também dão conta do processo transexualizador⁶ instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) pelo Ministério da Saúde em 2008. As autoras ainda problematizam o diagnóstico de “transtorno de identidade de gênero” como condição de acesso ao tratamento e cuidado na rede pública no Brasil e defendem políticas públicas que, “embora sigam um protocolo de assistência,

⁵ Ou Cirurgia de redesignação genital: Procedimentos cirúrgicos que modificam o genital da pessoa trans adequando-o à sua expressão de gênero.

⁶ Processo transexualizador: Conjunto de estratégias assistenciais para transexuais que pretendem realizar alterações corporais, tais como diagnóstico psiquiátrico e prescrição do tratamento hormonal.

não tenham como única referência terapêutica a realização do diagnóstico e a cirurgia de transgenitalização” (ARÁN et al, 2009, p. 1142).

Já para as questões das Mídias digitais, criei um diálogo com outros estudos que pensam Teoria Queer, gênero, identificações e mídias digitais (ÁVILA, 2014; CARVALHO, 2015; PELÚCIO, 2015; MISKOLCI, 2013, 2015; SABATINE, 2015; ZAGO, 2015). Os autores têm se dedicado a estudar o impacto das mídias digitais nas relações contemporâneas e estão envolvidos com a temática das diferenças, como gênero e sexualidade. Tais estudos me ajudaram na realização desta pesquisa que busca, também, aprofundar, problematizar e ampliar as concepções correntes sobre as transexualidades e contribuir com uma linhagem de estudos acerca das relações contemporâneas marcadas pela intensificação dos usos das mídias digitais.

2. Metodologia

Nesta pesquisa, estive interessada na maneira como as pessoas trans se expressam na internet e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros (BAUER & GASKELL, 2002, p. 21) com relação as transexualidades, buscando captar e compreender a variabilidade de representações das transexualidades em um dos contextos de identificação das pessoas trans – a internet.

Uma das minhas primeiras questões metodológicas de pesquisa foi sobre como pesquisar o social por meios digitais. Para Miskolci, “o estudo dos usos sociais das mídias digitais exige um esforço interdisciplinar na busca de fontes históricas e teóricas assim como na reflexão metodológica” (MISKOLCI, 2011, p. 14). Do ponto de vista das ciências sociais, estudar a intensificação dos usos das mídias digitais no contexto brasileiro tem sido um desafio há pelo menos duas décadas, “não só pelo caráter cambiante da comunicação digital

como pelas dificuldades que essa dinâmica imprime ao campo de investigação acadêmica” (PELÚCIO; PAIT; SABATINE; 2015, p. 07). Como observado por Padilha, por se tratar de um fenômeno relativamente recente, não dispomos de cartilhas teóricas consolidadas e nem metodologias prontas para serem empregadas (PADILHA, 2014, p. 31) e, por isso, depende da criatividade do pesquisador.

Dessa forma, a minha seleção das/os sujeitas/os da pesquisa me demandou grande atenção. Conforme exposto anteriormente, percebi – através de exploração prévia do que viria a ser meu campo de pesquisa – que tais pessoas articulam mais de uma plataforma de interação social, dentre os quais estão Facebook, Blog e Youtube. Assim, para a execução da pesquisa segundo os objetivos apresentados, resolvi privilegiar sujeitos/as que combinassem pelo menos duas dessas plataformas. No entanto, me deparei com mais uma das dificuldades na realização da pesquisa de campo: o de adentrar em um universo ao qual eu não estava autorizada a frequentar e/ou falar, por não ser uma pessoa transexual. Já de início me deparei com algumas publicações, como “Eu não ajudo trabalhos acadêmicos de pessoas não trans sobre pessoas trans” (Página A, Facebook). Mas concordo com Ávila (2014), ao afirmar que:

Falar sobre transexualidade do ponto de vista de um/a pesquisador/a não significa desqualificar ou desacreditar o discurso do/a nativo/a, e sim propor outras formas de análise, que longe de ser a única verdade, pode possibilitar a compreensão das múltiplas e diferentes formas de ser trans (ÁVILA, 2014, p. 58).

Não desanimei e segui algumas medidas éticas para a realização da pesquisa. Assim, minha busca pelas páginas a serem analisadas se deu a partir da definição de dois critérios maiores e cumulativos, em especial o fato de serem páginas públicas, possuindo conteúdo disponível livremente on-line,

além da quantidade de curtidas/inscrições, sendo, portanto, bastante acessados pelas pessoas, em especial as pessoas trans. Deveriam também apresentar certa frequência de postagens. Ademais, escolhi páginas escritas por pessoas que se apresentam no gênero feminino e pessoas que se apresentam no gênero masculino. Nesta pesquisa, considero pessoas que se apresentam no gênero feminino, as travestis e mulheres trans e pessoas que se apresentam no gênero masculino, homens trans/transhomens. Me afasto, assim, dos termos usados pelo saber científico, que nomeia as pessoas trans a partir do seu sexo biológico: de “mulher para homem” - “transexuais femininos”; “de homem para mulher” - “transexuais masculinos” (BENTO, 2006, p.44). Uso a mesma terminologia adotada por Bento (2006) justamente por concordar que a nomenclatura oficial médica retorna à essencialização que as experiências transexuais negam (BENTO, 2006, p. 44).

Dessa forma, cheguei à minha amostra final de páginas, compreendida em 07 (sete) páginas do Facebook; 04 (quatro) Blogs – TAG⁷ transexualidades; E 04 (quatro) canais no Youtube. Para a análise dessas mídias, empreendi a observação online, de modo a identificar e analisar a variabilidade de representações de transexualidades que circulam nessas mídias. Os responsáveis pelas publicações, bem como as pessoas que debatem e comentam nas postagens, não souberam que estavam sendo observados, “estratégia adotada para que não haja um retraimento ou uma disposição não habitual nas postagens” (ADELMAN et al, 2015, p.152).

Assumi, portanto, a posição de pesquisadora Lurker, em que o observador não é notado pelo observado (ADELMAN et al, 2015, p. 152) e raramente ou nunca, no caso desta pesquisa, participa de forma ativa com relação ao conteúdo disponibilizado. Essa postura só foi possível pela especificidade das mídias digitais – inclusive as escolhidas – próprias ao

⁷ TAG significa palavra-chave (relevante) ou termo associado com uma informação, usadas para agrupar imagens, artigos e/ou vídeos que tratam do mesmo assunto. Nesse caso, transexualidade.

compartilhamento de informações e à navegação anônima e imperceptível (ADELMAN et al, 2015, p. 152). Vale lembrar que em meu perfil de Facebook contém a informação de que sou mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia-UFSCar desenvolvendo pesquisa sobre a circulação de representações sobre transexualidades na internet. Este é outro aspecto ético necessário para que, mesmo que eu não participe diretamente das publicações, caso eu seja localizada em algumas das páginas e/ou comunidades, as pessoas saibam quem sou no que se refere ao meu trabalho de pesquisa.

No Facebook e nos Blogs, as publicações foram salvas em formato de foto (função “print”) e arquivadas junto com algumas informações como título e, quantidade de curtidas/comentários, destacando a página e plataforma em que foram publicadas. Sistematizei os dados sobre cada perfil/página responsável pelas publicações em fichas individuais, contendo informações como idade, raça/cor, etnia e escolaridade, quando possível. Descrevi, sem identificá-las/los, as fotos publicadas por elas/es de acordo com o local e a quantidade de curtidas/comentários que recebeu, para que eu possa perceber em quais contextos são postadas e quais geram maiores reações. No Youtube, armazenei os vídeos e também os analisei de acordo com o título e as curtidas, buscando descrever a linguagem e os termos incidentes. De acordo com Santos, “os dados visuais pode proporcionar uma série de informações importantes sobre o contexto, os acontecimentos, as características dos sujeitos de um determinado lugar, sua cultura ou *habitus* de classe, gênero, gerações ou etnias” (SANTOS, 2009). Todo este material coletado constitui meu principal *Corpus* de pesquisa.

Sendo o meu principal *Corpus* de pesquisa híbrido, isto é, imagético-textual, escolhi as técnicas de análise de conteúdo propostas por Bauer e Gaskell para a interpretação dos dados. Bauer aponta que embora, tradicionalmente, a análise de conteúdo aplique-se à materiais textuais,

também podem ser aplicadas em imagens e sons (BAUER & GASKELL, 2002). Trata-se de uma “técnica para produzir inferências de um material focal para seu contexto social de maneira objetivada [...] a fim de criar nova informação” (BAUER & GASKELL, 2002, p.191).

Princípios de delineamento	Geração de dados	Interpretação dos dados	Interesse do pesquisador
Páginas públicas e mais acessadas	Observação online	Análise de conteúdo	Compreender a variabilidade de representações

Tabela 1 – Pretensões da análise de conteúdo

Uma importante etapa da análise de conteúdo é a construção de um referencial de codificação que deve ser coerente com o referencial teórico e os objetivos da pesquisa:

A codificação e, conseqüentemente, a classificação dos materiais colhidos na amostra, é uma tarefa de construção, que carrega consigo a teoria e o material de pesquisa. [...] Um referencial de codificação é um modo sistemático de comparação. Ele é um conjunto de questões (códigos) com o qual o codificador trata os materiais, e do qual o codificador consegue respostas, dentro de um conjunto predefinido de alternativas - valores de codificação. [...] A análise de conteúdo representa o que já é uma representação (BAUER & GASKELL, 2002, p. 199).

Para tal, faltava definir as categorias de análise, que podem ser *a priori* ou *posteriori*. Num primeiro momento, esbocei como categoria de análise as palavras-chave contidas nos próprios objetivos de pesquisa. Num segundo momento, após ler, escutar e observar atentamente e sistematicamente o

Corpus de pesquisa, identifiquei novas categorias de análise relevantes para a pesquisa, para facilitar a interpretação dos dados.

Categorias *à priori*:

- Corporalidade
- Identificação de gênero
- Subjetividade
- Representações

Categorias *posteriori*:

- Visibilidade
- Representatividade
- Protagonismo
- Disforia de gênero
- Transfobia
- Processo de transição

Como complemento para a sistematização da análise, as páginas/comunidades do Facebook foram decompostas em alguns elementos observáveis, dos quais destaco as curtidas que as páginas acumulam por outras páginas, já que estas podem “sugerir um significado identitário relevante” (ADELMAN et al, 2015, p. 153). As publicações também estão sendo analisadas de acordo com as curtidas⁸ que recebem, já que “[...] no Facebook, a visibilidade de uma postagem é proporcional ao seu número de curtidas ” (CARVALHO, 2015). Esta estratégia será imprescindível para que eu consiga perceber quais representações são mais (ou menos) acessadas.

As imagens, as clivagens, o conteúdo das postagens e a quantidade de curtidas, quando combinadas, se mostram um importante conjunto de

⁸ O Facebook é uma rede social que se utiliza da ferramenta “curtir” como uma forma de demonstrar sentimento pela publicação. Isso significa que a pessoa visualizou a publicação e gostou do seu conteúdo.

informações para que eu possa recolher e analisar a variabilidade de representações sociais acerca de transexualidades, além de compreender a relação entre representações, corporalidades e subjetividades.

Ao final da pesquisa, todo o material coletado será destruído a fim de preservar o anonimato dos sujeitos da pesquisa. O uso de mídias digitais em pesquisas exige do/a pesquisador/a cuidados éticos assim como os necessários em pesquisas de outra natureza, portanto, manter o anonimato é imprescindível. Por isso, suprimi qualquer detalhe que pudesse identificar meus sujeitos de alguma forma, como utilizar nomes fictícios e modificar o nome de suas páginas. A pesquisa também busca edificar correlações com outros estudos sobre Teoria Queer, gênero, identificações, representações sociais, transexualidades e mídias digitais que ajudem na reflexão acerca da criação e circulação, pelas próprias pessoas trans, de representações de transexualidades, diferente das representações essencialistas e patologizantes do discurso médico – linha de pesquisa realizada por Arán (2005), Ávila (2014), Bento (2006), Leite Jr (2011), Murta (2008), Pereira (2006), Teixeira (2009) e na qual também se insere este projeto.

3. Plano dos Capítulos

Busquei, através do exposto anteriormente, introduzir meu campo conceitual e teórico, descrevendo quais os principais termos e conceitos-chave que balizarão toda a minha pesquisa. De forma breve, procurei elucidar para o leitor minha problemática e meus propósitos de pesquisa, bem como meus processos metodológicos, para que seja mais fácil acompanhar os próximos capítulos deste estudo.

No primeiro capítulo, intitulado, “visibilidade, representatividade e mídia”, analiso as questões que envolvem a influência das mídias e, especialmente, a internet, nas experiências transexuais. Para tanto, tomo como ponto de partida mulheres trans que, diante da falta de reconhecimento na vida cotidiana, encontram no sucesso de outras mulheres trans referências positivas para a constituição de seus corpos e subjetividades.

No segundo capítulo, “Reconhecimento e Protagonismo da experiência trans na internet”, apresentarei um panorama geral sobre as mídias digitais e a articulação com as transexualidades, bem como os usos autônomos e potencializadores de pessoas trans, principalmente como parte de uma tentativa de reivindicação e ação política. Diante disso, abordarei os conflitos inerentes ao processo de convencimento político a partir de noções como “local de fala”.

No terceiro capítulo, “Tratamento hormonal, transição e performatividade”, discorro sobre as expectativas de meus sujeitos com relação às mudanças físicas e psicológicas do processo de transição, bem como as principais referências de transexualidades para alcançarem a aparência desejada. Para isso, utilizo o conceito de “cultura performativa” de Illouz e “performatividade”, de Butler. Com relação as plataformas online, utilizo o conceito de “sistemas automatizados”, de Dijck.

Capítulo 1 – Visibilidade, representatividade e mídia

É impossível, de acordo com Jorge Leite Jr, pensar o desenvolvimento da transexualidade enquanto conceito sem a interferência da mídia e da tecnologia médica (LEITE JR, 2008, p. 138). Para ele, a partir da espetacularização e extensão da história de Christine Jorgensen, conhecida como a primeira mulher trans americana, milhares de pessoas do mundo todo puderam ter contato com a possibilidade científica de “passar de um sexo para

o outro” (LEITE JR, 2008, p. 138). Neste mesmo sentido, Simone Ávila acredita que a mídia teve um importante papel para a inserção da questão trans no senso comum (ÁVILA, 2014, p. 83).

Não é difícil encontrar, nos depoimentos dos meus sujeitos de pesquisa, a experiência da autoidentificação trans através de informações encontradas na internet, assim como a maioria dos interlocutores de Ávila, que “se autoidentificaram ou se autodeterminaram trans a partir de um filme ou vídeo que assistiram, um livro que leram, ao ver um transhomem na mídia ou ao encontrar informações na Internet” (ÁVILA, 2014, p. 82).

Eduardo, homem trans de 31 anos, conta em sua página no Facebook que na “minha época, a internet não era essa fonte tão acessível e repleta de debates e informações” e, por isso, viveu a “invisibilidade” dos homens trans “na pele”, por não entender o que se passava com ele e quais os motivos de seu sofrimento. Da mesma forma, João, homem trans de 29 anos, ao escrever sobre “visibilidade e protagonismo dentro da comunidade trans” no blog da qual faz parte, compartilha que há doze anos atrás, quando procurava um “nome para o que era”, ele “dependia de fóruns obscuros gringos⁹ para buscar informação (alguém sequer se lembra do strap-on.org? rs) sobre transgeneridade” e, atualmente, fica chocado com a mudança da quantidade e da qualidade das informações. “Há muito mais informação por aí – informação em português, informação facilmente acessível”.

A ausência da internet e/ou a ausência de um quadro amplo de informações sobre as questões trans na internet, para Eduardo e João, acabou por refletir em dificuldades no próprio processo de identificação e transição, não tendo nenhum referente positivo sobre transexualidades. Caio, ao contrário, encontrou na internet as respostas para os seus questionamentos.

⁹ É possível, a partir do meu campo, inferir que os EUA foram – e ainda tendem a ser – uma das maiores fontes de representação trans, especialmente Los Angeles, por se configurar como a maior indústria do entretenimento midiático mundial e trazer, pioneiramente, para a audiência global protagonistas de diferentes origens, orientação sexual e identidades de gênero.

Atualmente com 27 anos, ele criou seu próprio canal no Youtube e conta que não se entendia como homem trans até seus 24 anos, quando percebeu que a definição como lésbica não era mais suficiente:

“Eu me identificava como lésbica, porque eu gostava de mulher. [...] Até que teve um tempo que comecei a sentir falta de algo, eu me olhava no espelho e não me sentia eu. Eu trocava de roupa, experimentei vários estilos e expressões de gênero e nada funcionou. Eu não sabia que eu era trans. Hoje eu vejo vários meninos começando a transição super cedo, tipo 15, 16, 17 anos. E eu só fui me entender quando eu tinha de 23 para 24 anos. Porque eu não sabia que eu era trans antes. O pessoal me pergunta: ‘Quando você soube?’, não tem uma chavinha que você vira e fala "nossa, bateu! Sou trans!". Eu não sabia, eu não tinha contato.” (Caio)

Foi então que, ao assistir vídeos no Youtube, ele se deparou com um *“Youtuber de fora do Brasil que é trans”* e se identificou:

“Eu fui nos primeiros vídeos dele – porque ele já tá fazendo a transição por sete anos – e ele contando antes da transição, antes da terapia hormonal e eu me identifiquei bastante com ele. Não que seja uma receita de bolo mas eu me identifiquei com a história dele. E aí eu comecei a pesquisar, eu passei o meu final de semana inteiro fazendo isso, entrei no Google e no Youtube e pesquisei tudo, tudo mesmo sobre transição, transexualidade, homens trans, mulheres trans, tudo. Eu não sabia que eu poderia fazer essa transição, que tinha essa possibilidade. E aí depois que eu percebi que tinha, eu falei ‘eu quero!’ porque é isso que falta em mim.” (Caio)

Estes excertos acima me ajudam a analisar as mídias como performativas nos termos de Eva Illouz (2016). Para a autora, muita da cultura midiática contemporânea é uma cultura de autoajuda/aconselhamento que induz à performatividade. O Youtube é, no caso desta pesquisa, a principal plataforma acionada para criar e compartilhar vídeos com esse objetivo de aconselhar e também ensinar às pessoas sobre as transexualidades e, portanto, induzir performances.

O que penso é que muita da cultura contemporânea, especialmente cultura de aconselhamento, tem um efeito pragmático. Ela nos faz fazer coisas. Ela diz algo – e não apenas faz com que nos percebamos como entidades carentes de autotransformação – mas nos faz agir. Ela tem essa capacidade de nos fazer agir em direção à autotransformação, o ato de refletir sobre nós mesmos, o ato de mudar nossas emoções. Assim, penso que a maior parte da cultura contemporânea é performativa, ela nos leva a fazer coisas (ILLOUZ, 2016, p. 307).

Em outro vídeo do seu canal, Caio conversa com Fred, homem trans de 21 anos que, assim como ele, também “não sabia que existia” (a possibilidade da transição) e a partir de muita pesquisa pela internet, “se descobriu trans” em 2014. Diante disso, os dois passaram a gravar seus próprios vídeos, documentando a transição para que pudessem ajudar outras pessoas em situações similares as suas:

“Vou fazer bastante vídeo explicando todos os processos (da transição), até porque aqui no Brasil eu senti bastante falta de informação, eu não consegui achar muito. Achei vários vídeos relacionados a FTM, que é female to male, só que de fora do Brasil. Esse também é um dos motivos de eu estar fazendo vídeos.” (Caio)

Assim, confirmando Ávila, a internet foi essencial na vida de Caio e Fred ao proporcionar informações que os ajudaram na autoidentificação ou auto-representação trans (ÁVILA, 2014, p. 83), além de se tornar um importante meio de interação com outras pessoas que estejam também no processo de transição. Para Nanny, mulher transexual de 27 anos, o canal no Youtube é também seu grande contato com outras pessoas que estejam se descobrindo trans. Em seu primeiro vídeo, ela conta algumas das dificuldades de “se assumir” enquanto mulher transexual e dá conselhos para as pessoas que estejam assistindo seu canal:

Eu me amo, eu gosto de mim assim. Eu amo como eu sou agora. Eu realmente sou uma pessoa... Eu tenho orgulho de quem eu sou. Tenho mesmo! Eu não vou mais ter vergonha de ser uma mulher transexual. Nunca vou deixar ninguém me botar pra baixo. Mas mesmo eu gostando de mim, eu sei que tem muita mulher trans que passa todo dia por dificuldade, a partir do momento que ela põe o pé pra fora de casa já começa a humilhação. [...] E a mensagem que eu quero deixar nesse vídeo, galera, é: Se ame! Se ame do jeito que você é. Não importa se você é gordo, se você é magro, se você é preto, se você é branco, se você é gay, se você é lésbica, se você é trans, como eu. Se ame! [...] Eu tenho certeza que muitas pessoas vão estar passando pela mesma situação que eu

passei, então esse vídeo pode estar ajudando a essa pessoa a se 'auto-amar', se aceitar. (Nanny)

Segundo as observações de campo, tudo indica que esse é um dos objetivos iniciais das pessoas trans ao criarem páginas no Facebook, canais no Youtube e publicarem textos e notícias em blogs. Desprovidas de referentes positivos na vida cotidiana, buscam nas mídias digitais representações que sirvam de fonte de identificação para a sua experiência e, além disso, buscam compartilhar suas próprias experiências para aumentar o que elas chamam de “representatividade trans”, ajudando uma maior quantidade de pessoas.

Luiza, mulher trans de 20 anos, confirma seus motivos de escrever em sua página pessoal no Facebook:

Quando eu, mulher trans, aos 16 anos pesquisei “travesti” e “mulher trans” no Google (aconselho que você faça o mesmo), só achei notícias relacionadas à morte, criminalidade, patologização e prostituição. Como nós, enquanto sociedade, condicionamos um grupo a se ver apenas dentro de perspectivas tão cruéis? Este é o ponto que leva muitas de nós a escrever sobre anseios, para nos vermos de outras formas. (Luiza)

Assim, o uso da internet por pessoas trans torna-se uma forma de interação social, de compartilhamento de experiências, de possibilidade de visibilidade e constituição de novas subjetividades (ÁVILA, 2014, p.46), conforme os depoimentos citados acima. Para Miskolci, “a criação de relações em rede permitiu a construção de redes de apoio, troca de experiências, a

diminuição da solidão e a conseqüente sensação de isolamento, de ser único, anormal, estranho” (MISKOLCI, 2015, p. 139).

Segui o conselho de Luiza sobre procurar “travestis” e “mulher trans” no Google, com o objetivo de comparar com os resultados de sua busca há 04 anos atrás. Todos os dez resultados iniciais na busca por notícias de travestis eram sobre sites e links para vídeos pornográficos. Nas imagens, travestis nuas exibindo o órgão genital masculino e/ou em cenas de sexo explícitas. Com relação a busca por “mulher trans”, o resultado foi um pouco diferente. Nas notícias, nenhuma referência à pornografia ou prostituição. Os dez primeiros resultados eram sobre páginas que tentavam definir o que é ser uma mulher trans e algumas notícias sobre violência contra essas pessoas. Nas imagens, fotografias de mulheres trans famosas na mídia, como Laverne Cox e Candy Mel.

Essa diferença entre as informações encontradas sobre “travestis” e “mulheres trans” tem suporte na explicação de Leite Jr, que diz que em nosso país, as pessoas conhecidas como travestis estão intrinsecamente ligadas no imaginário tanto popular quanto no policial e médico, à marginalização e prostituição, independente do quanto esta relação seja real ou não (LEITE JR, 2008, p. 195).

Já na procura por “homem trans”, me deparei com notícias como “26 homens trans muito gatos”, “10 homens trans que são lindos” ou notícias sobre homens trans que viraram modelos por um dia para revistas de nu artístico. Nas imagens, homens trans famosos na internet, seja por seus canais no Youtube ou pela transição documentada no Tumblr, como Aydian Dowling e o polonês Oliwer Mastalerz.

Laverne Cox é uma atriz norte-americana e produtora de televisão. Com 32 anos, negra, ela ficou mundialmente conhecida pelo seu papel como a transexual Sophia Buset na série Orange is The New Black produzida e lançada pela Netflix, um serviço de streaming de seriados e filmes, rendendo-lhe uma indicação ao Emmy Awards. Laverne tem aproveitado a repercussão de sua personagem para abordar sobre os direitos transexuais em uma

variedade de meios de comunicação, como o Huffington Post¹⁰, lançando uma campanha com a hashtag (#TransIsBeautiful) nas redes sociais. Em 2014, a atriz foi a primeira mulher trans a estampar a capa da tradicional revista Time dos Estados Unidos. Na edição, “O ponto de virada da Questão trans” é anunciado como a nova fronteira dos direitos civis do país, trazendo a história de Laverne e outras pessoas trans que estão influenciando a cultura popular americana (TIME, 2014¹¹).

¹⁰ O Huffington Post é um agregador de blogs americano lançado em maio de 2005 por Arianna Huffington. Além das colunas permanentes e de seus comentaristas habituais, o site conta com outras colunas de personalidades como Barack Obama e Hillary Clinton.

¹¹ <http://time.com/130734/transgender-celebrities-actors-athletes-in-america/>

Figura 1 - Laverne Cox



Fonte: Time.com

Das mulheres trans observadas na pesquisa, todas apontaram Laverne Cox como influência e símbolo de “representatividade”. “Laverne Cox ME REPRESENTA!” é escrito por Vitória junto com o compartilhamento da capa da

revista Time da qual Laverne fez parte. Em outra ocasião, Vitória compartilha uma notícia do site Globo.com que tem como título “Transgêneros conquistam espaço na tv, no cinema, na música, nas artes visuais” e possui como imagem principal uma fotografia de Laverne com um vestido de couro preto. Vitória comenta: “Isso é algo muito importante para a representatividade! E vamos conquistando mais espaços!”.

Para Nanny, mulher trans de 27 anos, Laverne faz parte de sua “lista de cinco mulheres trans maravilhosas”, que, de acordo com ela, os inscritos do seu canal no Youtube devem conhecer: “Eu sei que tem muitas e muitas mulheres trans maravilhosas mas como o tempo e o espaço são curtos, essa são as cinco mais influentes, para mim, no caso, nos últimos tempos.” E não poupa elogios ao falar sobre ela: “rainha”, “arrasadora”.

Até mesmo Eduardo, homem trans gay, compartilha uma foto de Laverne Cox nua, juntamente com uma notícia em que a atriz fala sobre feminismos e transexualidades e pontua: “deixo aqui uma reportagem da lindona da Laverne, tirando a roupa, abrindo o coração e sambando na cara de quem acha que feminismo e exclusão de mulheres trans combinam!”

Para Luiza, o sucesso de Laverne abriu portas para uma mudança significativa de como a mídia representa as pessoas trans:

“Com a ascensão de pessoas trans como Laverne Cox, atriz da série “Orange Is The New Black”, tem acontecido uma corrente contrária às formas como essa população geralmente é mostrada para a grande massa, desta forma tentando humanizar a imagem das pessoas transexuais.

Laverne foi eleita uma das pessoas mais influentes do mundo pela revista Time, e nunca deixou de frisar a importância de pessoas trans serem donas de suas próprias narrativas, representando a si mesmas.

E quando falo em representar é sobre existir, de fato, em uma sociedade em que 90% das mulheres trans e travestis estão na prostituição como um lugar condicionado.

[...] Ligar a TV e assistir a uma mulher trans interpretando uma personagem médica, professora, ou ver um menino trans sendo aprovado em uma universidade, nos tira do escuro da negligência e assegura os mesmos direitos das pessoas não trans em nossa sociedade. Só assim pode-se garantir cidadania, humanidade e representatividade” (Luiza).

Candy Mel, mulher trans e vocalista de uma banda de tecnobrega brasileira também foi apontada como influência pelas mulheres trans da pesquisa. Mel começou sua transição com 15 anos e, hoje, com 25, foi garota-propaganda da campanha “Outubro Rosa” da marca de cosméticos Avon e primeira apresentadora trans de televisão no Brasil.

Figura 2 - Candy Mel



Fonte: Google

Nanny a coloca em um dos primeiros lugares na sua lista de cinco mulheres trans, ficando à frente de Laverne Cox, Kim Petras e Lea T. Para Luiza, o fato de Candy Mel estar em uma campanha de cosméticos de uma marca famosa é o “início de uma grande revolução”. “Mais uma mulher trans negra chutando a porta e se fazendo presente. A luta por representatividade é sobre um processo de humanização dentro de um contexto que mata pessoas trans”, comenta ela ao publicar a notícia. Um de seus seguidores comenta: “Que essa revolução chegue de vez e o quanto antes, e que dure para sempre!”.

Para Vitória, isso também significa “representatividade”: “Então quando a gente fala de uma mulher trans ser o rosto propaganda de uma marca de maquiagem, isso é algo muito importante para a representatividade”. A publicação em sua página do Facebook possui mais de 2,9mil curtidas e 250 compartilhamentos e os comentários com maiores reações são os que exaltam a representatividade de uma mulher trans estrelando uma campanha: “Para mim, pareceu que 2015 foi o ano da visibilidade trans. O primeiro”, “Muita representatividade. Que o próximo ano seja bem melhor”. E, ainda, um comentário da própria Avon: “Muito que bem (;”

Outra mulher trans apontada como influência é Jamie Clayton, modelo e atriz estadunidense. Clayton é, atualmente, uma das oito protagonistas da série “Sense 8”, produzida pela Netflix, atuando como uma personagem transexual lésbica.

Figura 3 - Jamie Clayton



Fonte: Google

A atriz é referência para Nanny, entrando para sua lista de mulheres trans. E em um dos vídeos do canal do Grupo D, há a seguinte afirmação por parte de um dos participantes: “O Brasil é o país com maior índice de mortes de mulheres transexuais no mundo. E aqui [...], pessoas como Jamie Clayton e Laverne Cox estão literalmente salvando vidas”.

Sobre Clayton, Luiza também pontua:

A cada mulher trans como Jamie Clayton, estrela da série “Sense 8”, do Netflix, atuando em uma série em que se vê a

transexualidade não de uma maneira romantizada, mas mostrando as penalizações vivenciadas, acumula-se uma vitória bastante significativa. Afinal ainda há muita luta pela frente, não só por inclusão, mas também pelo direito à voz dentro de espaços que estruturalmente nos são negados. Quando se luta pelo reconhecimento da humanidade de alguém, é trazida, automaticamente, uma maior perspectiva de vida para aquela pessoa.

O sucesso de algumas pessoas trans e, conseqüentemente, a visibilidade é considerado por essas mulheres trans como representatividade:

Ligar a TV e assistir a uma mulher trans interpretando uma personagem médica, professora [...] nos tira do escuro da negligência e assegura os mesmos direitos das pessoas não trans em nossa sociedade. Só assim pode-se garantir cidadania, humanidade e representatividade. (Luiza)

A falta de valores positivos na vida cotidiana faz com que a atenção se volte para aqueles que detêm valor reconhecido pela cultura (SANTI, 2005, p. 179). “Quem não é visto não é lembrado”, isto é, as pessoas trans querem ver e serem vistas, para serem lembradas. De acordo com o psicanalista Pedro de Santi, “os valores da nossa sociedade estão muito ligados à visibilidade e à representatividade” (SANTI, 2005, p. 185). Assim, a associação entre fama e virtude é automática.

Miskolci afirma que, historicamente, homens gays buscaram identificações positivas a partir do culto de ídolos do cinema, especialmente as divas (MISKOLCI, 2015, p. 141). O mesmo acontece às pessoas trans, de acordo com a afirmação de Sabatine, de que não devemos deixar de

considerar o impacto das produções midiáticas e da idealização do corpo e do gênero entrem as travestis [e mulheres trans], que exploram referências da publicidade, da mídia e do cinema na constituição de seus corpos (SABATINE, 2015, p. 113).

A identificação com os corpos midiáticos – muitas vezes esculturais e melhorados por editores de fotos e filtros – é demanda geral, mas muito maior para aqueles corpos e subjetividades que sempre foram considerados errados, inadequados, impuros (MISKOLCI, 2015, p. 142). E, de acordo com Miskolci, se dá dentro de um regime de representação ao qual o sujeito busca se inserir para obter reconhecimento e acolhimento. Assim, nas sociedades contemporâneas, representações sociais e tecnologias midiáticas estão intimamente associadas (MISKOLCI, 2016, p. 135).

Nas mídias digitais, o “caráter técnico-midiático das plataformas induz a uma imersão em um contexto cultural no qual decisões e escolhas são tomadas a partir de valores disseminados midiaticamente” (MISKOLCI, 2016, p. 285).

As novas tecnologias incitam seus usuários a um trabalho constante com a própria imagem e as possibilidades de adquirir prestígio ou status não apenas online, mas também nas relações off-line em que aquelas pertencentes a grupos que não tinham como criar uma persona pública começam a ganhar visibilidade (MISKOLCI, 2016, p. 285).

A visibilidade depende também da aparição da imagem corporal. “Os dispositivos de visibilidade atuais oferecem o olhar do outro e uma cena pública numa realidade social onde o indivíduo só existe se ele é capaz de fazer saber que ele existe” (EHRENBERG, 1995, p. 251). Assim, de acordo com Ávila, as

práticas de “exposição de si” por meio da internet podem ser vistas como uma demanda pelo olhar do outro (ÁVILA, 2014, p. 165).

Nanny é uma mulher trans de 27 anos, branca, ensino médio completo. Finalizou seu processo de transição – que começou há dez anos atrás – realizando todas as etapas, como cirurgia de redesignação, terapia hormonal e retificação de nome e sexo no registro civil. Possui um canal no Youtube, sendo este o maior canal de uma pessoa transexual no Brasil, com mais de 370 mil inscritos. Grava vídeos bem humorados e didáticos sobre sua experiência enquanto mulher trans, principalmente sobre curiosidades de seus seguidores com assuntos relacionados à sua transição, entre outros assuntos.

Em seus vídeos, ela aparece com cabelos longos e lisos, embora naturalmente seus fios sejam encaracolados, batom rosa ou vermelho nos lábios, maquiagem leve no rosto, tem olhos claros e chama atenção de seus seguidores pelos seios volumosos. Atualmente, realizou a cirurgia estética de rinoplastia, afinando o nariz para ficar mais “barbiezinha”, de acordo com ela, e colocou lentes de contato dental¹².

Nanny realizou sua cirurgia de redesignação sexual na Tailândia, no Hospital Kamol, principal referência para este tipo de cirurgia no mundo¹³, com uma estimativa de mais de 200 mil tailandeses que já passaram por essa cirurgia e uma grande lista de clientes brasileiras, como Lea T e a ex-BBB Ariadna. Assim como suas principais referências – Laverne Cox, Jamie Clayton, Lea T e Kim Petras¹⁴ – ela teve acesso a todas as tecnologias corporais disponíveis para a transição completa e satisfatória para o seu corpo e subjetividade desejados. Seus modelos de beleza tendem a ser de pessoas

¹² Lentes de contato dental são laminados de porcelana moldados por uma impressora 3D e colados sobre os dentes da pessoa, corrigindo cor, tamanho e posição.

¹³ Tailândia vira referência para cirurgias de troca de sexo no mundo. Disponível em: <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL1681514-15605,00-TAILANDIA+VIRA+REFERENCIA+PARA+CIRURGIAS+DE+TROCA+DE+SEXO+NO+MUNDO.h> htm, acessado em: 03/10/2016

¹⁴ Kim Petras é uma garota alemã, considerada a pessoa mais jovem (16 anos) a realizar a cirurgia de redesignação sexual na sua época.

trans completamente transicionadas, isto é, que realizaram todos ou a maioria dos procedimentos necessários para a mudança de um gênero para o outro, como cirurgias, terapias hormonais e retificação dos documentos.

A identificação é uma moldagem a partir do outro, fundada na projeção e na idealização (MISKOLCI, 2015, p. 143). Essa “busca de literalizar o corpo a partir de imagens comercialmente criadas e que circulam pelas mídias digitais funciona dentro dessa mesma economia em que a corporificação mais bem sucedida é a que expressa, também, o desejo perdido” (MISKOLCI, 2015, p. 144). Para Miskolci, é possível perceber que quanto mais modelares no presente, maior pode ter sido a rejeição e o temor que fizeram com que essas pessoas se sentissem doentes e/ou feias no passado (MISKOLCI, 2015, p. 144). Dessa forma, a partir de meu campo, considero possível criar um paralelo com o observado por Miskolci em sua pesquisa com homens gays usuários de mídias digitais de que, assim como para os gays na nova economia do desejo em que vivemos (MISKOLCI, 2014), para essas pessoas trans, quanto mais visíveis, mais dentro de padrões hegemônicos e, quanto mais dentro das normas, mais seguros e aceitos e, portanto, menos rechaçados socialmente (MISKOLCI, 2015, p. 145).

Capítulo 2 – Reconhecimento e Protagonismo da experiência trans na internet

Com o advento da Web 2.0¹⁵ no início dos anos 2000, palavras como “interatividade” e “participação” começaram a ser utilizadas com regularidade

¹⁵ O termo surgiu pela primeira vez em 2004 durante uma conferência de brainstorming entre as empresas O'Reilly Media e a Media Live International (O'Reilly, 2005).

para mostrar a capacidade desta “nova plataforma” de responder e enviar mensagens instantaneamente (DIJCK, 2016, p. 27).

Os sites e as novas plataformas interativas, como blogs e redes sociais, entraram com a promessa de páginas mais dinâmicas, permitindo que os usuários não apenas consumissem como também produzissem e publicassem conteúdos. Castells afirmou que criadores e usuários tornavam-se a mesma coisa (CASTELLS, 2011, p. 69). Neste novo cenário da internet, o usuário passou a ser reconhecido “como o principal potencializador e propagador da mensagem para outros grupos de pessoas. São mensagens baseadas em experiências e formulações de opiniões projetadas para causarem reações” (CORREA, 2008, p.180). Esta crença na web 2.0 como um espaço colaborativo e comunitário (DIJCK, 2016, p. 28) foi fundamental para o sucesso das plataformas que conhecemos como redes sociais (MISKOLCI, 2016, p. 06), principalmente o Facebook.

Conforme Miskolci, ao contrário das mídias preponderantes e tradicionais do século XX – mídias de massa, que possuíam uma forma de comunicação vertical – as mídias mais recentes dispõem de novas aspirações, menos centradas na coletividade e mais em referentes grupais e individuais e possuem a característica de elevar qualquer pessoa à condição de protagonista (MISKOLCI, 2011, p. 13). Para o autor, a busca de propagar o protagonismo individual pelas novas mídias diz respeito a experiência do sujeito de se colocar e viver nelas sem necessitar da sua projeção em pessoas famosas (MISKOLCI, 2011, p. 13).

Dessa forma, as mídias digitais, especialmente as redes sociais e blogs, passaram a serem vistas como um espaço que permite com maior facilidade que as próprias pessoas tornem públicas suas narrativas, sem mediação jornalística ou científica. Para Arfuch, a internet atribuiu novas significações para as antigas práticas autobiográficas de pessoas comuns que podem,

agora, expressar livre e publicamente suas subjetividades (ARFUCH, 2010, p. 150).

Em sua pesquisa, Ávila analisou que o uso das redes sociais e blogs por pessoas trans é uma forma de compartilhamento de experiências, de possibilidade de maior visibilidade e constituição subjetiva (ÁVILA, 2014, p. 45). Nesse sentido, o contexto de uma sociedade em rede (CASTELLS, 2011) possibilita novos processos de produção e construção de uma realidade para além da imposta pelos modelos hegemônicos atuais (ESPINDOLA, 2015, p. 05) transformando a internet e redes sociais num espaço de articulação, reivindicação e ação política (CARVALHO, 2015, p. 201).

Para Bento, uma das principais reivindicações e ação política das pessoas trans é o reconhecimento como membro do gênero com o qual se identifica, o qual estaria em discordância com suas genitálias (BENTO, p. 16) e, mais fundamentalmente, poder oficializar tal prerrogativa através da mudança de nome e de “sexo” nos documentos (CARVALHO, 2013, p. 03). Em meu campo, tais análises encontram justificativas, principalmente com relação ao grande número de compartilhamentos de notícias sobre reivindicações de nome social e uso do banheiro público de acordo com a identidade de gênero.

Ter essas premissas básicas, entre outras demandas, negadas é justamente o ponto central da falta de reconhecimento, tal como descrito por Axel Honneth (2009). Para Honneth, na obra “Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais”, 2009, a questão central da justiça não é necessariamente a de cunho econômico, mas sim a do reconhecimento. As três formas de reconhecimento para ele são: o amor, o direito e a solidariedade.

De forma simplificada, a tipologia diz que na dimensão das relações primárias, as formas de reconhecimento são amizade

e amor; na dimensão das relações jurídicas são os direitos; na dimensão da comunidade de valor é a solidariedade. Para cada uma dessas formas de reconhecimento, há uma auto-relação prática (autoconfiança, auto-respeito e auto-estima). A violação ou impedimento dessas relações sociais de reconhecimento traduz-se em formas de desrespeito, que correspondem respectivamente a maus-tratos e violação; privação de direitos e exclusão; degradação e ofensa. Os componentes da personalidade violados por essas formas de desrespeito são, respectivamente, a integridade física, a integridade social e a dignidade da pessoa (HONNETH Apud SILVA, 2008).

Há, dessa forma, uma série de interações sociais na internet entre pessoas trans, como fóruns fechados em redes sociais e mais claramente na organização política dessas pessoas, nas quais o reconhecimento recíproco é um pressuposto da interação (CARVALHO, 2015b, p. 04). Sem este reconhecimento total, algumas pessoas trans, que são consideradas principais articuladoras políticas na internet, frequentemente “parecem não reconhecer potenciais aliados ou pessoas em processo de convencimento ou de reconhecimento da legitimidade política e moral das reivindicações trans” (CARVALHO, 2015b, p. 04).

Como já mencionado, esta foi uma das principais dificuldades enfrentadas por mim na pesquisa de campo, 2015: o de adentrar em um campo ao qual eu não estava autorizada a frequentar e/ou falar, por não ser uma pessoa trans, me deparando com publicações de mulheres trans que diziam não ajudar trabalhos acadêmicos de pessoas “cis¹⁶” sobre pessoas trans.

¹⁶ O conceito “cis” diz respeito a “uma categoria de classificação das experiências de sexo e gênero opostas às experiências trans, em um formato parecido com o surgimento da categoria ‘heterossexual’, posteriormente e em oposição à categoria ‘homossexual’” (CARVALHO, 2015, p.395) .

Em um post fixado¹⁷ em sua página pessoal no Facebook, Luiza diz:

<Eu não ajudo trabalhos acadêmicos de pessoas cis sobre pessoas trans.>

Enquanto mulher trans acadêmica que defende pessoas trans serem donas de suas próprias narrativas, prefiro focar no ingresso, permanência e produção de pessoas trans, dentro da universidade, do que auxiliar a vida acadêmica de pessoas não trans. É sobre prioridades.

E em outra ocasião, publica:

Os acadêmicos [...] costumam não só ficar surpresos quando recuso ser entrevistada por eles para seus trabalhos, como também contrariados.

Sim, acho válido qualquer trabalho, estudo e contribuição, de quem seja, sobre questões trans e travestis, porém, eu, enquanto travesti acadêmica, acredito em um presente-futuro que nós possamos escrever sobre nossas próprias narrativas.

Essa é a minha prioridade durante minha graduação. É isso que quero valorizar, incentivar.

Bell hooks em Ensinando a Transgredir é bastante pontual ao alertar sobre o essencialismo enquanto um possível problema em nossas práticas, mas alerta sobre a potencialidade de uma escrita acadêmica a partir de um olhar da experiência e da dor.

¹⁷ “Post fixo” é uma das funcionalidades do Facebook, no qual a publicação torna-se uma postagem permanente, aparecendo sempre em primeiro plano.

A autora é cirúrgica ao sugerir que transformemos nossas dores em teorias.

E é nesse projeto político social que acredito dentro do campo acadêmico: pessoas trans escrevendo sobre pessoas trans.

(Luiza)

Há, ainda, nesta publicação, uma pequena discussão com um de seus seguidores “cis”, que pergunta:

Mas enquanto não há muitas pessoas trans no meio acadêmico, é adequado pessoas cis escreverem sobre esses temas? Existem dados que precisam ser coletados e conhecimentos serem desenvolvidos. Como dados sobre evasão escolar de pessoas trans e travestis. Esses dados são importantes para a discussão sobre evasão nas escolas, todo mundo sabe que é elevado, mas não existe a certeza que os dados acadêmicos podem trazer. Eu gostaria de pesquisar sobre, mas tenho um pouco de receio justamente pelas questões que você fala no texto. Só que não existem pessoas trans matriculadas no curso que eu faço na universidade que eu frequento. Fico pensando se eu pesquiso sobre ou deixo pra lá mesmo. (Seguidor de Luiza)

Luiza rebate:

Eu não disse que você/vocês não devem pesquisar. Se o tema lhe interessa, se você acha que irá contribuir, sinta-se a vontade para fazer. Eu não tenho o poder de dizer o que tu deve ou não fazer. Não é sobre isso que escrevo.

Esse post [...] fala sobre a minha posição em ajudar o trabalho de pessoas cis sobre pessoas trans. Não é sobre eu proibir esse tipo de trabalho, mas sim sobre eu deixar claro que não irei ajudar. Afinal, minha prioridade não é a de ajudar vocês a escreverem sobre nós, mas de mais pessoas trans entrarem nas universidades e poderem escrever sobre elas mesmas.
(Luiza)

E recebe incentivo de outro seguidor, homem trans: “Tudo nosso, nada deles! Tá certa, mana! O que gente cis acadêmica pode fazer e não faz é ajudar a população T a passar nos vestibulares, a enfrentar o preconceito nas escolas. Mas preferem nos tratar feito ratos de laboratório”. Também sobre essa visão, Caio é enfático ao dizer que passou a recusar a participar de trabalhos acadêmicos de pessoas “cisgêneros” e se sente mais feliz com isso:

Eu participei de alguns trabalhos acadêmicos no início da minha transição e depois que eu participei de um, dois, eu passei a refletir e percebi que isso não estava me fazendo bem. Não tava me fazendo bem participar de trabalhos acadêmicos de pessoas cisgêneros. Porque? (...) Eu comecei a voltar a minha militância no início, do porque eu comecei a ser ativista (...), enfim, o principal é ajudar as pessoas trans. E eu percebi que participando de trabalhos acadêmicos eu não estava conseguindo ajudar essas pessoas de fato.

Porque trabalho acadêmico geralmente ele fica dentro da faculdade, a maioria fica dentro da faculdade. E, ainda assim, eu vou estar ajudando uma pessoa cis a se formar, enquanto tem várias pessoas trans que não tem direito a estudo, que não tem educação básica. E não é pouco. Assim... eu tenho notado

que tem varias pessoas trans que estão numa situação melhor mas tem muitas, muitas, muitas que não estão.

E o que eu vou estar fazendo ali para aquela pessoa cis através daquele trabalho acadêmico? Sendo objeto de estudo e ajudando aquela pessoa a se formar! E as pessoas trans?”
(Caio)

Caio, ainda neste vídeo publicado no canal do Youtube, afirma que se o trabalho acadêmico for para ajudar uma pessoa trans a se formar, ela poderá contar “cem por cento” com sua participação. No entanto, se atrás daquelas perguntas sobre suas vivências trans estiver uma pessoa “cis”... “O que de fato eu estaria fazendo para ajudar as pessoas trans?”, pergunta.

Neste vídeo, Caio recebeu mais de 40 comentários, divididos em pessoas que concordam parcialmente com o “ponto de vista” dele e outras que concordam plenamente. Um de seus seguidores discorda:

“(...) também sou homem trans e vi seu vídeo, respeito sua opinião, mas, acho que quando há questionamentos a gente evolui muito os pensamentos. Eu estou na área acadêmica, pois trabalho e estudo no meio universitário, faço palestras (que tem maioria pessoas cis na plateia), entrevistas para diversos meios de comunicação e também para trabalhos acadêmicos, vejo que eles trazem a evolução e constrói inúmeros novos pensamentos.” (Seguidor do canal de Caio)

E outra seguidora comenta:

“Concordo plenamente. Estou no meio acadêmico e sim, a grande maioria dos trabalhos ficam retidos no próprio meio, no máximo são publicados em revistas científicas, ou seja, não geram conscientização da massa. Quanto a dizerem que isso te faz ser compreendido por pessoas CIS necessariamente, também não concordo. O trabalho é realizado em um ambiente que propicia discussão e entendimento, mas que em pouquíssimos momentos pensa em inserção social, empoderamento e políticas públicas. ENTENDAM: Estamos falando de projetos, teses e artigos, não em vivência universitária, diretórios acadêmicos ou grupos de estudo. A pergunta nestes casos deve ser: O que a comunidade CIS em questão, quando tem poder de fala, faz para as pessoas TRANS na prática? Se a resposta for apenas teses que ficam arquivadas em bibliotecas, melhor mesmo dar prioridade a outro estudo. Forma de protesto legítima, pacífica e que gera reflexão de toda uma comunidade científica. (Comentário na página de Caio)

Neste sentido, é comum a ruptura total do processo de convencimento político, distanciando qualquer tentativa de interação e desacreditando de qualquer posicionamento que outras pessoas venham a ter. Para Carvalho, esta situação diz respeito ao constante recurso a noções como “lugar de fala”, como forma de garantir e ou retirar legitimidade política de quem fala, ou escreve:

Que os marcadores de gênero, raça/etnia, cor, classe, regionalidade, sexualidade entre outros são fundamentais na construção das possibilidades de vida e também de fala dos sujeitos políticos, não há dúvida. O problema é a

pressuposição de que tais marcadores sejam produtores automáticos e inquestionáveis de um projeto político determinado... A este processo, soma-se uma confusão política entre “falar com” e “falar por”, entre aliança e protagonismo político. Esta confusão, leva no limite mais absurdo dos conflitos políticos na internet a inversão da pergunta de Spivak, não se tratando mais de “se pode o subalterno falar”, mas se atualmente “só poderia o subalterno falar” (CARVALHO, 2015, p. 06).

Sobre este assunto, Miskolci pontua que houve uma rápida adesão ao vocabulário midiático do protagonismo nos últimos anos nas redes ativistas brasileiras, o qual se associa à demanda do “local de fala” em uma competição por visibilidade entre seus membros/as e destes/as em relação a acadêmicos (MISKOLCI, 2016, p. 286). Para Carvalho, essas práticas são, geralmente, motivadas pelas especificidades das plataformas de interação social na internet, principalmente pela forma individualizada do uso, que acaba promovendo “uma prática calcada em produções individuais de posicionamento político” (CARVALHO, 2015, 07). O que pode se colocar como uma forma de liberdade individual e autonomia, pode também se apresentar como uma armadilha, transformando a opinião de uma pessoa em processo de convencimento político na fala de um agressor. “Quem talvez virasse um aliado, vira inimigo” (CARVALHO, 2015, p. 07).

Assim, redes de discussão política online que articulam plataformas distintas como Facebook, Twitter e Whatsapp na troca de informações e reflexões colhidas em provedores de conteúdo compartilhável – quer sejam blogs independentes ou da grande mídia – tendem mais a reforçar laços previamente

existentes, ampliar a rede receptora, mas tem impacto baixo em redes rivais (MISKOLCI, 2016, p. 287).

Conforme Carvalho, entram em cena discursos que buscam “incomodar”, numa estratégia diferente da “tolerância” ou “aceitação”, mas a simples declaração de que “vocês vão ter que se acostumar”. Em paralelo, coexistem posições mais defensivas, baseadas em um diálogo com o Estado. Isto é, “respeitabilidade e diálogo para a construção de políticas públicas na arena estatal e, confronto e sarcasmo para ‘incomodar’ as/os adversárias/os políticos presentes na arena virtual” (CARVALHO, 2015b, p. 398).

Miskolci aponta que

No Brasil, o uso de plataformas como o Facebook tem gerado divergências e conflitos que dividem os usuários em redes mais ou menos coesas segundo valores partilhados e interesses políticos comuns. O caráter horizontal da conectividade por redes sociais que alguns tendem a chamar irrefletidamente de democratizante pode, ao contrário, ser o responsável por comportamentos autoritários e agressivos (MISKOLCI, 2016, p. 287).

A partir de meu campo, é possível inferir que as mídias sociais são fortemente individualizadoras e seu uso coloca os sujeitos em uma constante competição por atenção, representatividade e local de fala, o que leva a tensões e conflitos politicamente negativos. Esta busca pelo protagonismo individual, eliminando do diálogo qualquer outra pessoa que não partilhe da mesma experiência - como no caso dessa pesquisa, pessoas que não são trans - pode promover uma política marcadamente neoliberal individualista, que

tensiona as alianças e solidariedades necessárias a uma ação coletiva. De certa forma, o individualismo engendrado pelo uso de mídias digitais pode levar a um empreendedorismo de si mesmo, a uma distorção técnica da asserção feminista de que o pessoal é político já que não assentada na busca de tornar coletiva uma causa individual, antes em delimitar a política na autorealização no indivíduo, em sua identidade ou lugar de fala.

Apenas investigações futuras – incluindo outros campos e sujeitos – poderão avaliar os limites de uma política engendrada na mediação digital explorando como ela tende a moldar de formas diversas e poderosas redes de discussão que adotam e/ou disseminam o léxico tecnológico e midiático atual tensionando, recusando e até impedindo a política nos moldes antes conhecidos. Trata-se de fenômeno que já foi visto com otimismo, mas que – desde 2013 – passamos a conhecer em suas ambiguidades e aspectos sombrios, para não dizer negativos já que permeados por conflitos e disputas que podem estar fragilizando lutas e até colocando em risco frágeis conquistas políticas recentes.

Capítulo 3 – Tratamento hormonal, transição e performatividade

“Sim, eu sou uma MULHER TRANSEXUAL! Prazer, Nanny”, é o nome do primeiro vídeo do canal do Youtube de Nanny. Ao contar sua história, ela alerta que aquele não é um vídeo engraçado e que sabe que, após ele, sua vida não será mais a mesma:

Eu sei que depois disso minha vida nunca mais vai ser igual. Eu vou perder muitos inscritos. Muitos “amigos”, né? Muita gente que eu gosto vai deixar de falar comigo por causa disso, mas eu vou dar minha cara à tapa assim mesmo. Para muitos ignorantes eu sou uma aberração da natureza, para outros eu sou um objeto sexual, um fetiche. Por quê? Bem gente, eu sou uma mulher transexual! (Nanny)

Para poder contar sobre sua experiência enquanto mulher transexual e sobre todo o seu processo de transição, ela fala sobre “disforia de gênero”:

Então, gente, cada pessoa nasce com um sexo, com gênero e com uma orientação sexual. No meu caso, eu nasci com o gênero (na cabeça) feminino, o sexo masculino e a orientação sexual hétero, ou seja, nasci com a cabeça de mulher, corpo de menino e gostando de homem. As vezes tem muitas trans que nascem com o sexo masculino, orientação sexual feminina e gostando de mulher somente, elas são lésbicas.

Gente, o cérebro não tem como a gente mudar, por isso que pessoas que tem disforia de gênero elas tem que mudar o corpo. Você não tem como fazer uma cirurgia no seu cérebro pra você começar a pensar como um homem, não tem. Mas você tem como tomar hormônio, fazer cirurgias no seu corpo pra deixar o corpo em harmonia com a sua mente pra você ter uma vida normal. Imagina você, se você é um menino agora ou uma menina e no seu corpo fosse do sexo contrário, como é que você ia se sentir se ao invés do “pinto” você tivesse uma “pepeca” no lugar? É difícil! Muita gente sofre com isso! Muita gente sofre mesmo. (Nanny)

Caio também fala sobre disforia ao pedir ajuda para a sua cirurgia de mastectomia e explica, em outro vídeo do seu canal:

Disforia, no dicionário, tá: sensação ou estado de mal estar, ansiedade e depressão. É basicamente isso que a gente sente quando a gente fala que tá com disforia. A disforia de gênero na prática, real, é o seguinte: toda vez que a gente fala que está disfórico, é quando a gente não se sente bem nessa pele que a gente tá. Por exemplo: eu sempre me olhava no espelho, (hoje) eu não me olho no espelho tanto quanto eu me olhava antes e acredito que depois que eu fizer cirurgia e todas as mudanças eu vou conseguir me olhar mais do que hoje. Quando eu olho no espelho e vejo algum traço que me incomoda, que as pessoas podem olhar para mim e não me identificar como homem, aí eu vou ficar disfórico. (Caio)

Sobre a questão de se olhar no espelho, Nanny complementa:

E você que está me julgando você não sabe como é a pessoa viver tendo vergonha de si mesmo, não se aceitando, não conseguindo se olhar no espelho. Se olhar no espelho é uma tortura, gente, como se viesse uma faca e "pá" no nosso corpo diariamente. Imagina em todo lugar que você anda tem espelho e você se olha e vê uma pessoa que não condiz com sua cabeça, é muito "hard" (Nanny).

Em sua foto de perfil do Facebook, André colocou como legenda “Cid 10 f64”, fazendo referência ao código da transexualidade na Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID), determinada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Um dos amigos de André comenta: “Claramente

disforia de gênero”.¹⁸ Outro dos canais do Youtube, feito por homens trans, analisados nessa pesquisa mudou seu nome no processo de análise dos dados, fazendo referência também a Classificação Estatística Internacional de Doenças.

Essa linguagem utilizada por esses sujeitos citados acima é muito próxima da patologização da experiência trans feita pelas ciências médicas, que foram as pioneiras na utilização de palavras como “disforia de gênero” e/ou “transtorno de gênero”. De acordo com Castel (2001), em 1987 as transexualidades, até então denominadas “transexualismo”, foram incluídas como “disforia de gênero” no Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM III (Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais III). O termo fora cunhado por John Money em 1973, para indicar a insatisfação do sujeito com seu próprio gênero (LEITE JR, 2011, p.155). Em 1994, o termo “disforia de gênero” dá lugar ao “transtorno de identidade de gênero” no DSM IV (CASTEL, 2001) e volta a ser “disforia de gênero” no DSM V, com a ressalva de que “o elemento crítico de disforia de gênero é a presença de sofrimento clinicamente significativo associado à condição” (ÁVILA, 2014, p. 25).

A “disforia de gênero” é colocada pelos sujeitos de minha pesquisa como uma condição que explicaria todas as mudanças e etapas do processo de transição, necessárias à adequação “do corpo” a “mente”. A partir da análise do campo, o Youtube se mostrou a plataforma com maior conteúdo sobre transição, terapia hormonal e comparações entre o “antes” e o “depois” dessas pessoas e, principalmente, nos canais de homens trans.

Fred, desde o início de seu canal, faz vídeos sobre sua aplicação de testosterona, apontando as mudanças físicas e psicológicas a partir do tratamento hormonal e, principalmente, deste em relação às suas “disforias”.

¹⁸ O CID 10 f64 faz referência a “Transtorno da identidade sexual”, enquanto o DSM considera como “Disforia de gênero”.

Em seu vídeo anterior a sua primeira dose de testosterona, chamado de pré-T, Fred compartilha suas expectativas com relação às mudanças corporais:

Primeira coisa: Pelos no corpo. Eu espero muitos pelos no corpo (...). Segunda coisa: Minha voz. Minha voz vai ficar diferente e eu espero isso com muita felicidade. (...) Eu espero também como mudança corporal a redistribuição de gordura, para que meus seios diminuam (...). Outra coisa é mudança facial no maxilar, e pretendo deixar a barba crescer. (Fred)

Com relação às mudanças psicológicas:

O que eu acho que vai mudar psicologicamente é a minha própria aceitação, a autoaceitação, eu vou começar a aceitar quem eu sou e vou parar de pensar nisso e falar disso o tempo inteiro. E a outra coisa é surpresa, eu não sei quem eu vou ser sobre o efeito de hormônio. Eu sei quem eu sou sob o efeito de progesterona, mas eu não sei quem eu sou sobre o efeito de testosterona. (Fred)

Nestes excertos é possível perceber que as expectativas da transição de Fred são, justamente, para diminuir o que é considerado como “disforia de gênero”, sobre “não se sentir confortável na própria pele”, e quanto maior o tempo em tratamento hormonal, documentado em seus vídeos, mais suas expectativas estão sendo realizadas no enquadramento do que ele esperava sobre “ser uma pessoa trans”, sobre estar cada vez mais parecido com o gênero identificado, como quando faz comparações sobre sua voz, barba e músculos.

João, ao compartilhar um vídeo em seu canal do Youtube sobre seus quatro anos em terapia hormonal, conta sobre a quantidade de “transfobia” que ele enfrentou antes de estar com a aparência mais “masculina” de hoje em dia:

A relação que eu tinha com o meu corpo antes era uma relação completamente nociva, completamente destrutiva, que fazia com que eu me privasse de muita coisa que eu queria fazer. E também me fez lembrar da quantidade de transfobia que eu sentia antes e o que mudou foi a forma como eu aparento, sabe? Eu passava por transfobias todo dia, não importava onde eu fosse. E era muito foda, sabe? E sentir que isso passou só porque eu fiquei com a aparência mais masculina é muito bizarro. (João)

Em outros de seus vídeos, Fred convida Caio para falar sobre “Passabilidade Cis”, que, no limite, diz sobre passar ou não sobre “transfobias” diárias de acordo com a sua aparência. “Cis” é um prefixo para “cissexual” ou “cisgênero” utilizado pelas próprias pessoas trans para se referir às pessoas cujo gênero é o mesmo que o gênero designado no seu nascimento, ou seja, sua identidade de gênero se mostra em congruência com o gênero associado ao sexo biológico – mulher, vagina; Homem, pênis. E passabilidade é, justamente, quando uma pessoa trans é percebida como uma pessoa “cis”, como se sua condição enquanto pessoa trans ficasse invisível. Mesmo alertando não gostarem da palavra “passabilidade”, Fred e Caio analisam suas próprias passabilidades em banheiros, com pessoas desconhecidas e passabilidade na voz. “Você tem?”, pergunta Fred a Caio referindo-se a passabilidade cis. “Acho que essa barba aqui dá uma ajudada”, responde ele rindo.

Caio é um homem trans que está passando por todas as fases do processo de transição – cirurgia de redesignação, terapia hormonal há mais de um ano e retificação de nome e sexo no registro civil (em andamento). Caio é branco, com barba, musculoso, várias tatuagens e um piercing na boca. Sua principal referência sobre transexualidade/homem trans veio de um youtuber famoso de fora do Brasil em processo de transição há mais de sete anos, como já mencionado no primeiro capítulo.

Pesquisando youtubers de fora do Brasil, famosos, em processo de transição há mais de sete anos, encontrei Aydian Dowling, de 27 anos, morador de Oregon, nos EUA, que também é um dos mais encontrados no Google quando procuramos “Homem trans”. Aydian começou seu tratamento hormonal em 2009 e realizou a cirurgia de mastectomia em 2012 e documentou todas essas etapas em seu canal do Youtube AlionsFears, o qual continua ativo e gravando vídeos de comparações pós testosterona e rotina de um homem trans. Dowling atualmente é modelo, possui uma marca de roupas que promove fundos para ajudar a realizar cirurgias de redesignação de pessoas trans, e ficou conhecido como o primeiro homem trans a ser finalista da Men’s Health.

Outro homem trans, Eduardo, exalta a beleza de Aydian em uma notícia compartilhada por ele em sua página do Facebook: “Delícia! Delícia!”, comenta.

Figura 4 - Aydian Dowling



Fonte: Google

Outro principal resultado do Google na pesquisa sobre “homem trans” é Oliwer Mastalerz, que também aparece na lista de Nanny sobre “Homens transexuais maravilhosos”. Com 22 anos, Oliwer começou o tratamento hormonal há 4 anos, compartilhando todo o processo de mudança em seu Tumblr, incluindo cirurgia para a remoção de ovário e útero e mastectomia.

Durante uma entrevista à revista Glamour¹⁹, o modelo polonês, rosto da grife brasileira Sérgio K de 2015, afirma que “As mudanças físicas do processo de transição acontecem rapidamente e transformam a maneira como você vê o espelho drasticamente. É uma sensação incrível!”.

Figura 5 - Oliwer Mastalerz



Fonte: Google

¹⁹ <http://gcn.net.br/noticias/248333/brasil-e-mundo/2014/04/acredite-ele-nasceu-mulher-conheca-a-historia-de-oliwer-mastalerz>

Na pesquisa de Simone Ávila (2014), sobre a autoidentificação de pessoas trans, apesar do grupo estudado por ela estar em um início de descoberta de sites e plataformas voltadas para as questões trans, ele ainda estaria mais afeito a relatos biográficos escritos e publicados em formato de livros. Para a autora, uma das hipóteses sobre as condições que se abriram para a maior visibilidade de transhomens tem a ver com a proliferação dessas autobiografias trans (ÁVILA, 2015, p. 55), que se iniciou na década de 1960 e se expandiu na década de 1990. Sobre as autobiografias trans, Emily Nelson, 2011, afirma que são

[...] ferramentas poderosas para a compreensão de vidas inimagináveis por pessoas não transexuais, tanto quanto para a compreensão dos/as próprios/as transexuais que eles/as não estão sozinhos/as em sua experiência (NELSON, 2011, p. 13).

Diferentemente do grupo estudado por Ávila, os sujeitos de minha pesquisa possuem como referência de transexualidades fontes imagéticas e fílmicas encontradas na internet, como Facebook, Youtube e blogs, onde são compartilhadas experiências sobre as transexualidades, capazes de ajudar outras pessoas trans a se autoidentificar. Considerando a visão de Illouz (2016) sobre a questão da cultura contemporânea como performativa, que nos leva a fazer algo, como no caso dessas mídias, que faz com que as pessoas trans caminhem em direção à autotransformação, me debruço sobre o conceito de performatividade, central nas obras da filósofa Judith Butler.

Butler, retomando John L. Austin e Jacques Derrida, introduziu em um artigo intitulado “Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista”, 1998, seu argumento de que gênero é performativo, ou seja, não é intencional, também passa pela concepção do

“tornar-se”. Para ela, a performatividade deve ser compreendida não como um "ato" singular ou deliberado, “pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o status de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição” (BUTLER, 2001, p. 121). “Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação” (BUTLER, 2003, p. 200). Em suma, a teoria da performatividade, operada a partir destes preceitos, permite que se reconheça a produção dos sujeitos como parte de tecnologias discursivas em que os mesmos estão submetidos no social. Para Bento, o que vai diferenciar as performances de gênero de mulheres/homens biológicos (“cis) e de gêneros dissidentes (trans) é a legitimidade que as normas de gênero conferem a cada uma delas (BENTO, 2010, p. 07).

No mesmo sentido, Teresa De Lauretis (1987) compreende o gênero como produto de várias tecnologias sociais - tais como internet, rádio, televisão, cinema ou jornais (PEREIRA, 2009, p.486), as quais a autora chama de tecnologias de gênero. Somos todos interpelados pelo gênero, visto que a interpelação é “o processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação, e assim se torna real para ela, embora seja de fato imaginária” (LAURETIS, 1994, p. 220).

Dessa forma, compreendo, nesta pesquisa, as mídias digitais e, especificamente, as redes sociais, como tecnologias de gênero, capazes de nos ensinar a performatizar um gênero por meio de uma tecnologia comunicacional online e, neste caso, performatizar transexualidades. Para me ajudar a corroborar tal hipótese, utilizo o conceito de “sistemas automatizados” cunhado por José Van Dijck. Para a autora, é uma falácia acreditar que as plataformas não fazem mais do que apenas facilitar as atividades em rede; ao

contrário, as plataformas e as práticas sociais se constituem mutuamente (DIJCK, 2016, p. 21).

Mark Zuckerberg, criador do Facebook, repete, diversas vezes em entrevistas, que “quer que as pessoas tenham a possibilidade de encontrar o que desejam e de conectarem-se com ideias que gostam na rede” (DIJCK, 2016, p. 29). Sobre este intuito de uma plataforma colaborativa e participativa para os usuários, Dijck tem como objetivo desconstruir as conexões utópicas dessas plataformas:

A própria palavra “social”, vinculada a estas mídias, assume que estas plataformas focam no usuário e facilitam a realização de atividades comunitárias, assim como o termo “participativo” enfatiza a colaboração humana. Sem dúvidas é válido entender que os meios sociais como sistemas que facilitam ou potencializam, dentro da internet, redes humanas, é dizer que um grande número de pessoas promove a interconexão como um valor social. As ideias, valores e gostos dos indivíduos são contagiosos e se propagam através de redes humanas; sem dúvidas, estas também afetam os modos de fazer e pensar dos indivíduos que as forma. Igualmente, os meios sociais são sistemas automatizados que inevitavelmente projetam e manipulam as conexões. Para poder reconhecer aquilo que as pessoas querem, o Facebook e as demais plataformas seguem o rastros de seus desejos e reduzem a algoritmos as relações entre pessoas, coisas e ideias. Desta forma, o “social” parece abarcar tanto a conexão humana como a conectividade automática, confusão alimentada por muitos CEO em uma deliberada ambiguidade que tem um papel fundamental para a sua continuação. As empresas tendem a focar no primeiro dos sentidos (a conexão humana) e a minimizar a importância do segundo (a conectividade automatizada) (DIJCK, 2016, p. 29).

Essas plataformas, portanto, dão a falsa impressão de que estamos no controle, gerenciando-as de acordo com nossas vontades. No entanto, codificam as atividades sociais em diretivas programadas, destinadas a guiar o comportamento do usuário (DIJCK, 2016, p. 53), como é o caso do Youtube. A ausência de um produtor central de conteúdo e a possibilidade de transmitir em ambas as direções fomentou uma impressão de que o Youtube não possui nenhuma “força organizacional” responsável pela regulação e distribuição de conteúdo; mas ao contrário, esta plataforma controla o tráfego de vídeos por um sistema de controle de informação que direciona a navegação do usuário e seleciona quais conteúdos aparecerão (DIJCK, 2016, p. 187). O mesmo acontece com o Facebook, que “põe em primeiro plano a necessidade dos usuários de estarem conectados, mas oculta os mecanismos que empresta seu site para compartilhar informações dos usuários com terceiros” (DIJCK, 2016, p. 87), direcionando propagandas e anúncios.

Diante deste cenário, percebe-se que todo esse sistema automatizado das plataformas, direcionando conteúdos e reforçando laços preexistentes, exposto por Dijck, interligado com a cultura midiática contemporânea performativa, de Illouz, ao contrário de se mostrar como democratizante e prometer uma variabilidade de representações para que as pessoas possam acionar, acabam por reforçar as redes sociais como uma forte tecnologia de gênero que induz performances, mesmo para as pessoas com gêneros dissidentes, como é o caso desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transexualidades envolvem, dentre outras coisas, uma dinâmica cultural que se associa a modos de compreender e/ou modificar corpos e subjetividades. No campo dessa pesquisa, a internet – especialmente as redes sociais, como canais no Youtube, Blogs e páginas do Facebook - se mostrou a principal ferramenta de referência para a autoidentificação das experiências trans de meus sujeitos.

Vi que o Youtube se colocava como a principal plataforma acionada com o objetivo de criar e compartilhar experiências e conselhos sobre as transexualidades, me ajudando a analisar as mídias digitais como “performativas” nos termos de Eva Illouz. Para ela, a cultura contemporânea de aconselhamento nos faz fazer coisas, nos faz agir em direção a autotransformação e, portanto, induz performances.

Segundo as observações de campo, essa prática de aconselhamento por parte das pessoas trans, com o objetivo de ajudar outras pessoas em situações similares as suas, faz parte de uma tentativa de aumentar o que eles chamam de “representatividade trans”, já que, muitas vezes, não possuem referentes positivos acerca das transexualidades na vida cotidiana e buscam na internet uma fonte de identificação para suas experiências e questionamentos.

Essa falta de reconhecimento na vida cotidiana faz com que as mulheres trans observadas nessa pesquisa encontrem em outras mulheres trans famosas referentes positivos para a constituição de seus corpos e subjetividades. O sucesso e a fama se tornam valores a serem alcançados e são confundidos por essas pessoas por “representatividade”. Assim, de acordo com meu campo, procurei refletir no primeiro capítulo como, para meus sujeitos, quanto mais visíveis e famosos, mais dentro de padrões hegemônicos e reconhecidos e, portanto, menos rejeitados socialmente.

No capítulo dois, busquei mostrar como, a partir da passagem da internet para a Web 2.0, houve uma inflexão do sujeito de espectador a protagonista, visado por um ideal comercial com limites que ainda precisam ser explorados por nossas pesquisas. Não é real que todos os usuários sejam criadores e propagadores de conteúdo, no entanto, essa crença na Web 2.0 como um espaço dinâmico e de colaboração foi fundamental para o crescimento de plataformas online que conhecemos como redes sociais.

Vi, nessa pesquisa, que o protagonismo individual se torna um valor em disputa e acaba por acarretar diversos conflitos, assim como o constante recurso a noções como “lugar de fala”, como uma estratégia política que vem ganhando força na sociedade contemporânea, que reivindica a autoridade do debate de determinadas experiências, isso é, só quem vive uma experiência pode dialogar sobre os aspectos que a circundam.

Essa prática pode promover uma política marcadamente neoliberal individualista, tensionando as alianças e solidariedades necessárias a uma ação coletiva. No entanto, apenas investigações futuras poderão avaliar os limites de uma política gerada através da mediação digital, explorando suas ambiguidades e tensões diante dos moldes políticos antes conhecidos.

Por fim, no terceiro capítulo, centralizei meus esforços de análise no conceito de performatividade, central nas obras de Butler, a partir das principais referências de transexualidades dos meus sujeitos de pesquisa, como fontes imagéticas e fílmicas encontradas na internet. A teoria da performatividade, em suma, permite que se reconheça a produção dos sujeitos como parte de tecnologias discursivas em que os mesmos estão submetidos no social.

Percebi, no campo, que as mídias digitais e, especialmente, as redes sociais, poderiam ser consideradas como tecnologias discursivas de gênero, capazes de nos ensinar a performatizar um gênero por meio de uma tecnologia comunicacional online e, neste caso, performatizar transexualidades. Toda a

crença em uma plataforma online como colaborativa e de propulsão ao protagonismo individual nos dá a falsa impressão de que estamos no controle, no entanto, não passam de “sistemas automatizados” nos termos de Dijck, que nos direcionam conteúdos e propagandas, controlando o que podemos ou deixamos de ver. Assim, ao contrário das redes sociais se mostrarem como democratizantes e prometer uma variabilidade de representações para que os sujeitos possam acionar, acabam por reforçar padrões que induz à performances de gênero como, neste caso, performances de transexualidades.

Percebi, ao longo da pesquisa e escrita do texto, que as representações de pessoas trans são, atualmente, pessoas também trans que teve início com as autobiografias trans - conforme indicado por Simone Ávila em sua pesquisa - e se intensificado com a internet e redes sociais. Anteriormente, também colocado por Ávila, a identificação de gênero acontecia pela descoberta da “diferença”, principalmente na esfera privada, quando homens trans e mulheres trans não se encaixavam nos “modelos sexuais” ou papéis sexuais” esperados deles/as e passavam a se sentir representados por aquele familiar/pessoa próxima do sexo oposto ao do seu nascimento. Assim, discuti nesta pesquisa a construção e compreensão dos processos de identificação de gênero das pessoas trans, mostrando que a internet se coloca, de acordo com o campo, como um importante meio para que essas pessoas possam se autocompreender e autoidentificar, além de explorar os limites e conflitos inerentes aos conceitos de “representatividade”, “protagonismo” e “lugar de fala”, tão utilizado em ações políticas contemporâneas engendradas pelas mídias digitais. Busquei, de certa forma, aprofundar, problematizar e ampliar as concepções correntes sobre as transexualidades marcadas pela intensificação dos usos das mídias digitais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Miriam et al. **Ruralidades atravessadas: jovens do meio campeiro e narrativas sobre o Eu e o(s) Outro(s) nas redes sociais.** Cad. Pagu. No 44, Jan/Jun, 2015

ARÁN, Márcia. **Transexualismo e cirurgia de transgenitalização: Biopoder/Biopotência.** *Série Anis*. n. 39, abril, 2005.

ARÁN, Márcia et all. **Transexualidade e Saúde Pública no Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4):1141-1149, 2009.

ARFUCH, Leonor. ***El espacio biográfico – Dilemas de la subjetividade contemporánea.*** 1.ed. 3. Reimp. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

_____. **Narrativas de lo yo y memórias traumáticas.** *Tempo e Argumento. Revista do Programa de Pós-Graduação em História – UDESC.* Florianópolis. Vol. 4, nº 1, 2012, p. 45-60.

ÁVILA, Simone. **Transmasculinidades: A emergência de novas identidades políticas e sociais,** 2015.

_____. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

_____. **Transexualidade e Movimento Transgênero na perspectiva da diáspora Queer.** Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH – realizado em Natal, RN, Novembro de 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **Da Transexualidade oficial às transexualidades** in PISCITELLI, Adriana, GREGORI, Maria Filomena e CARRARA, Sérgio (orgs), Sexualidade e saberes: Convenções e fronteiras, Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

_____. **Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova**. Ciênc. saúde coletiva vol.17 No.10. Rio de Janeiro, Outubro, 2012.

_____. **A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade**. Rev. Bagoas. No. 04, 2009.

_____. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Rev. Estud. Fem. vol.19 no.2 Florianópolis May/Aug. 2011

BENTO, B.; PELUCIO, L. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. Rev. Estud. Fem. vol.20 no.2 Florianópolis, Mai/Ago, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Regulações de gênero**. Cadernos Pagu, nº 42, Campinas Jan./June 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000100249&script=sci_arttext&tlng=es#fn01. Acesso em 12 de junho de 2015.

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.151-172.

_____. **Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista**. Debate Feminista, México, v. 18, p. 296-314, 1998.

BERLANT, Laurent e WARNER, Michael. **Sexo em Público**. In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) Sexualidades Transgressoras. Barcelona, Içaria, 2002. p.229-257.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6ª edição, São Paulo: Paz e Terra, V. 1, 2011.

_____. **Communication Power**. EUA, Oxford University Press INC., 2009.

CASTEL, Pierre-Henri. **Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 77-111. 2001

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. **Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e “tretas” na internet**. Palestra ministrada no III Seminário Internacional Gênero, Sexualidade e Mídia, no campus UNESP – Bauru, 2015.

_____. **Ver para não ser visto: visibilidade, estigma e reconhecimento no ativismo de travestis e transexuais no Brasil**. IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES, 6-7 dezembro 2013

CARVALHO, Mário Felipe de Lima; CARRARA, Sérgio. **Ciberativismo trans: Considerações sobre uma nova geração militante**. Revista contemporanea | comunicação e cultura - v.13 – n.02 – maio-ago 2015b – p. 382-400.

DE LAURETIS, Teresa. **Technologies of Gender, Eessays onTtheory, Film and Fiction, Bloomington/ Indiana** : Indiana University Press, 1987.

DIJICK, José Van. **La Cultura de la conectividade: uma história crítica de las redes sociales**. 1ª ed – Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

ESPINDOLA, Carolina Bonoto. **Cidadania na Sociedade em Rede: O Ciberativismo e o combate a Lgbtfobia**. 3º Congresso Internacional de direito e contemporaneidade. 27 a 29 de maio de 2015 - Santa Maria / RS

HALL, Stuart. **“The work of representation”**. In: HALL, Stuart (org.) Representation. Cultural representation and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997a.

_____. **A centralidade da cultura**. Educação & Realidade, Porto Alegre, n. 22, v. 2, Jul/Dez, 1997b.

_____. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. SILVA, Tomaz T. (org.), HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Da diápora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HONNETH, Axel. 2009. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo, 2009: Editora 34. 291p.

ILLOUZ, Eva. No coração pulsante da cultura. Entrevista concedida a Richard Miskolci. Revista Contemporânea de Sociologia, Jul/Dez, 2016.

LAPLANCHE, J., & PONTAILS, J. B. **Vocabulaire de psychanalyse**. Paris: PUF, 1971.

LEITE Jr, Jorge. **Nossos corpos também mudam: Sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, 2008.

_____. **Transitar para onde? monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras.** Rev. Estud. Fem. vol.20 no.2 Florianópolis Mai/Ago, 2012.

LIONÇO, Tatiana. **Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica.** Tese de doutorado. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília, 2006.

_____. **Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios.** Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19 [1]: 43-63, 2009

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação.** In: Revista Estudos Feministas. V.9 n.2 Florianópolis, 2001.

MISKOLCI, Richard. **Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência.** Ensaio. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(3): 272, setembro-dezembro/2006

_____. **Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais.** In: Dossiê Cronos. UFRN, 2013a.

_____. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização.** In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, Jan/Jun, 2009, p. 150-182.

_____. **Do armário à discrição – regimes de visibilidade sexual das mídias de massa às digitais.** In: No emaranhado da rede: gênero,

sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente/ PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloisa; SABATINE, Thiago (Orgs). São Paulo: Annablume Queer, 2015.

_____. **Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 275-297.

MURTA, Daniela. **Paradoxos entre o acesso a saúde e a patologização: algumas considerações sobre a psiquiatrização da transexualidade**. Fazendo gênero 8 – Corpo, violência e poder. Florianópolis, 25 a 28 de agosto, 2008.

_____. **A Psiquiatrização da Transexualidade: Análise dos efeitos do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero nas práticas de saúde**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva – área de concentração em Ciências Humanas e Saúde, do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

NELSON, Emily. **FTM Trans Theory VS. Trans Narratives: Working Towards an Updated Trans Theory**. Uppsala Universitet, 2011.

O'REILLY, Tim. **What Is Web 2.0 - Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software**. O'Reilly Publishing, 2005.

PADILHA, Felipe; PRADO, Juliana do; FACIOLI, Lara; **Mídias digitais e (re)invenções da subjetividade** – Simpósio temático. VIII Congresso internacional de estudos sobre a diversidade sexual e a homocultura, 2016.

PELÚCIO, Larissa. **Na rede com os T-Lovers: o uso de plataformas da internet como instrumento de pesquisa**. São Carlos: Mimeo, 2005.

PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloisa; SABATINE, Thiago. **No emaranhado da rede: gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente**. São Paulo: Annablume Queer, 2015.

PEREIRA, G. P. Paulo. **A teoria queer e a Reinvenção do corpo**. Cad. Pagu. No. 27, Jul/Dez, 2006, p.469-477.

_____. **Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais**. Rev. Estud. Fem. Florianópolis, 17(2): 344, Mai/Ago, 2009.

PETRY, Analídia Rodolfo; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. **Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011

PINAFI et al. **Tecnologias de gênero e as lógicas de aprisionamento**. Rev. Bagoas. n. 06, 2011.

PINO, Nádia Perez. **Estranhos dilemas – Reflexões sobre Teoria Queer a partir das tecnologias de construção do sexo em casos de intersexo**. 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú – MG, 22 a 26 de outubro, 2007.

RABINOW, Paul. **Artificialidade e iluminismo: Da sociobiologia à biossociabilidade**. In P. Rabibow. *Antropologia da razão: Ensaio de Paul Rabinow* (pp. 135-157). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Consumo e desejo na cultura do narcisismo**. Comunicação, mídia e consumo. São Paulo, vol. 2, N. 5, P. 173-204, Nov. 2005.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras**. São Paulo: EDUSP, 2000.

SUESS, Aimar. **Análisis del panorama discursivo alrededor de la despatologización trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales**. In: MISSÉ, Miquel; Coll

Planas, Gerard (ed.). El género desordenado – críticas en torno a la patologización de la transexualidad. Madrid: EGALES, 2010.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. **Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade.** Tese de Doutorado. Campinas: Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, 2009.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA; Tomaz Tadeu (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 7-72.

ZAGO, Gabriela da Silva. **Dos blogs aos microblogs: aspectos históricos, formatos e características.** Trabalho apresentado no GT História da Mídia Digital do VI Congresso Nacional de História da Mídia em maio de 2008 em Niterói, RJ.